

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 25 | Nº 247 | SETEMBRO DE 2020

ENTREVISTA

“Estamos vivendo um genocídio institucionalizado”, denuncia o líder indígena Dinamam Tuxá



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Foto: Igor Sperotto

O Pampa ameaçado pela mineração

O Rio Grande do Sul é a nova fronteira disputada pelo capital transnacional na exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro. São mais de 5 mil requerimentos para pesquisa em solo gaúcho e 166 projetos em andamento, a maioria em áreas suscetíveis e todos com alto impacto socioambiental

04 ENTREVISTA

Dinamam Tuxá alerta sobre a violência contra os povos indígenas.

08 EDUCAÇÃO

Projeto de lei orçamentária destina menos verbas para a Educação.

11 WEISSHEIMER

A saúde humana e a vida dos animais.

12 SAÚDE

Pandemia provoca aumento na lista de espera por um transplante.

14 ESPECIAL

O potencial de destruição ambiental das mineradoras ronda o Pampa.

18 ENSINO PRIVADO

Sindicato dos Professores alerta para retorno precipitado às aulas presenciais.

22 INTERVALO

Professora coordena projeto de geração de renda para mulheres.

23 ROLIM

Rede de ódio, o filme.

24 ARTE +

Livro ficcional expõe burocracia e angústias reais dos professores.

A mineração avança sobre o Bioma Pampa

A disputa pelas riquezas minerais do subsolo brasileiro elegeu o Rio Grande do Sul como nova fronteira da mineração explorada por grandes empresas transnacionais. Três dos quatro maiores projetos em fase mais adiantada no estado situam-se no Pampa – o maior dos seis biomas brasileiros que ocupa mais de 60% do território gaúcho, já explorado à exaustão pelas monoculturas de eucalipto e soja. Ao todo, são mais de 5 mil requerimentos para pesquisa em solo gaúcho e 166 projetos em andamento,

como estratégia do Plano Estadual de Mineração elaborado ainda no governo de José Ivo Sartori. A reportagem de capa desta edição faz o mapeamento da mineração no estado e mostra quem lucra com essa atividade de altíssimo impacto socioambiental, na qual as empresas vendem sem valor agregado, realizam o lucro nas suas sedes e deixam para trás o custo ambiental.



Foto: Igor Sperotto

Povos indígenas

O líder indígena Dinamam Tuxá afirma – na entrevista do mês – que a escalada de violência instituída contra os povos originários na atualidade não tem precedentes na história do país, nem mesmo na época da ditadura militar. Desarticulação das políticas de proteção ao índio e ao meio ambiente, aparelhamento dos órgãos de fiscalização, discurso de ódio e promoção da desigualdade, na sua avaliação, compõem um cenário que empurra o país para um genocídio, situação agravada pela pandemia. “Fica cada vez mais evidenciado para nós, indígenas, que este governo tem sim um projeto político. E dentro desse projeto político está o extermínio dos povos indígenas”, afirma ele, que é advogado, mestre em desenvolvimento sustentável e coordenador nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). “Cenários como esses nós já vivenciamos, resistimos e sobrevivemos”, avisa.

Cortes de verbas na Educação

O projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso pelo Executivo impõe ao MEC o maior corte de verbas entre os principais órgãos de governo para 2021 no que se refere às despesas discricionárias – aquelas que se destinam ao custeio, investimentos e assistência estudantil, construção de creches, bolsas de apoio, repasses para expansão do ensino integral, tecnologia nas escolas. A proposta é de 19,955 bilhões, o que representa um corte de 8,9% em relação ao que foi destinado nesta rubrica para a Educação em 2020. O orçamento total do MEC é projetado em R\$ 144,5 bilhões, quase o mesmo valor de 2020 (R\$ 142,1 bilhões) e inferior aos recursos destinados em 2019 para a pasta.

Completam a edição as matérias sobre o ensino privado no estado, com a atuação e as políticas do Sinpro/RS nesse período de pandemia, além dos columnistas do *Extra Classe*.

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclass@sipro.rs.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Deise Enzweiler, Flavia Bemfica, Flávio Ilha, Marcelo Menna Barreto e Marcia Anita Santos

Columnistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sipro.rs.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclass.org.br fb.com/jornalextraclass

O preço do arroz

Agosto teve o maior custo da cesta básica em quatro anos, puxado pelo arroz e o feijão. A receita para a explosão dos preços do arroz no período tem vários ingredientes: o país exportou 983 mil toneladas no semestre, quase o dobro de 2019, e a produção vem caindo nos últimos sete anos. Mas o principal fator é a falta de políticas de abastecimento, marcada pelo desmonte e privatização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). "Quando um governo abre mão de ter um estoque público para regular preços em momentos como esse, entrega para o mercado essa dinâmica", constata o agrônomo Silvio Porto, da UFRB, que dirigiu a Conab de 2003 a 2013.

Natureza morta

O país que estampa seus animais nas notas de dinheiro assiste impassível ao avanço do fogo atearado por fazendeiros que está consumindo o Pantanal. A maior e mais biodiversa área úmida do planeta tem 2 mil espécies de plantas, 582 de aves, 132 de mamíferos, 113 de répteis e 41 de anfíbios. A única espécie que não vinga na região são os fiscais do Ibama. O órgão afrouxou a fiscalização e aplicou 22% menos multas neste ano, apesar do avanço da boiada. O fogo já destruiu 15% da região ou 2,3 milhões de hectares – ou quatro vezes a área do DF, de onde saem as fagulhas que incineram o país.

Queimadas impactam saúde na Amazônia

"O ar é insuportável". Essa é a síntese do relatório elaborado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e a ONG Human Rights Watch (HRW), sobre o impacto negativo das queimadas associadas ao desmatamento na Amazônia na saúde pública da região em 2019. O levantamento de 2020 deve ser divulgado somente em 2021.

Foram 2.195 internações devido a doenças respiratórias atribuíveis às queimadas, das quais 467 (21%)

foram de bebês de 0 a 12 meses de idade e 1.080 (49%) pessoas idosas, com 60 anos ou mais. O estudo descobriu que os pacientes passaram um total de 6.698 dias no hospital em 2019 em razão da exposição à poluição do ar decorrente das queimadas. "O desmatamento e as queimadas subsequentes ocorrem nos territórios indígenas ou em seu entorno, às vezes destruindo plantações e afetando o acesso a alimentos, plantas medicinais e caça", destaca o relatório.

Os problemas de saúde na re-

gião tendem a se agravar, considerando que as queimadas se intensificaram em 2020. O desmatamento no primeiro semestre de 2020 aumentou 25% em relação ao mesmo período no ano passado. Em abril, as áreas desmatadas e não queimadas em 2019 somadas às recém-desmatadas já totalizavam 4.509 quilômetros quadrados que poderiam ser queimados durante a estação seca. Junho registrou quase 20% mais focos de calor e julho teve um aumento de 28% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

SANTIAGO



NÓS CUIDAMOS DOS
DIREITOS DOS PROFESSORES

Assessoria Jurídica
especializada nas áreas:

**TRABALHISTA
PREVIDENCIÁRIA
CÍVEL**

Agende seu **atendimento:**
(51) 98060.3579

CAINELLI
ADVOGADOS
OAB/RS 2.365

“O que nos resta é a resistência”



Foto: Mídia Ninja



Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

por Marcelo Menna Barreto

Dinamam Tuxá é integrante da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). De origem Tuxá, povo indígena que vive nos estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, ele é advogado, com mestrado e doutorando em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e coordena o movimento nas regiões do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo que, literalmente, estão pegando fogo. Nesta entrevista, o baiano Dinamam fala para o Extra Classe sobre a perplexidade dos povos indígenas diante do crescimento da popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). “Por que há, dentro da população brasileira, um apoio a uma pessoa tão desumana?”, indaga. Ao mesmo tempo, o líder indígena revela que as pressões internacionais contra a política que chama de genocida podem trazer bons efeitos quando, “se Deus quiser”, o presidente não se reeleger. Com uma visão muito pessimista para os próximos dois anos, Dinamam Tuxá, no entanto, assinala: “cenários como esses nós já vivenciamos e sobrevivemos. O que nos resta é fazer a resistência”, aponta.

Extra Classe – Como é para você viver em um país onde é necessário recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o governo federal adote medidas de proteção aos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19?

Dinamam Tuxá – Olha, a gente fica muito indignado. Revoltado, tendo em vista que a obrigação institucional dos órgãos de governo seria para botar medidas sem interferência do Judiciário. Era pra ser algo natural, para que nós pudessemos, de alguma forma, avançar no combate da Covid-19 dentro das terras indígenas. Infelizmente nós estamos vivenciando hoje um cenário de institucionalização de um genocídio. Aí, fica cada vez mais evidenciado, mais claro para nós indígenas, que este governo tem sim um projeto político. E dentro desse projeto político está o extermínio dos povos indígenas.

EC – E como vocês da Apib se movimentam nesse cenário?

Dinamam – Nós estamos fazendo um enfrentamento diário, não só com a pauta da Covid-19, mas de todo o desgoverno, de todo o desmonte da política indigenista.

EC – Você imaginou que o Brasil chegaria a esse grau de hostilidade de um governo às causas indígenas?

Dinamam – Não! O Brasil passou por várias transformações. Principalmente no fortalecimento da democracia. Antes, nós passamos por um período muito complicado na ditadura militar. Os povos indígenas, em especial, foram objetos de diversos ataques, diversas violações de uma política integracionista. E aí agora a gente está num momento reavivando toda a prática que foi iniciada na ditadura militar que, na realidade, nunca parou. Só que antes disso (antes de Bolsonaro), surgiram situações políticas que amenizaram todas essas violações de direitos, até nós sermos surpreendidos com um governo de ultradireita, com um pensamento da ditadura militar, aplicando políticas da ditadura militar, inclusive. Ou seja, não só de pensamento, mas desenvolvendo ações muito parecidas ou idênticas às da ditadura militar.

EC – Que ações?

Dinamam – A ideia do integracionismo, a ideia de extermínio, a ideia da exploração dos territórios. A ideia de trazer os povos indígenas para a “comunhão nacional”, desrespeitando as nossas especificidades, desrespeitando o nosso modelo de vida, desrespeitando a maior diversidade de povos do mundo em nome de um “desenvolvimento”, em nome de uma ideologia política que – não só está matando os povos indígenas – mas, também, destruindo uma cultura, uma diversidade de línguas. São ações que estão acabando com o meio ambiente, a biodiversidade. Infelizmente, a gente está vivenciando o pior cenário político que a gente poderia imaginar, agravado pelo contexto da pandemia.

EC – Por que “surpreendidos”? Afinal, Bolsonaro sempre declarou sua antipatia às causas indígenas.

Dinamam – Olha, na realidade, a gente sabia do discurso dele. Tínhamos conhecimento de que em todo o período de parlamentar e na campanha (presidencial) ele atacou sempre os povos indígenas. Ele deixou sempre muito bem claro em toda a sua vida política o quanto ele odiava os povos indígenas. O que nós não sabíamos é que a população brasileira iria comungar com esse projeto político genocida. Que iria apoiar ações, ideologias de um político totalmente desequilibrado, totalmente fora dos padrões políticos, inclusive. Então, o que mais nos surpreendeu é que houve apoio maciço da população. Percebemos também, o que gerou, na verdade, maior indignação, é que os devaneios desse atual governo têm apoio político de partidos, de pessoas que também têm uma trajetória política dentro do Congresso Nacional. Gente que apoiou essa candidatura, que foi buscar de todas as formas que ele fosse eleito e ainda continua dando forte apoio ao atual governo mesmo diante de todo um cenário que vem de destruição do meio ambiente, de enfraquecimento da política ambiental, de enfraquecimento da política indigenista, com aumento, inclusive, de contaminações e morte pelo coronavírus. Mesmo

assim, diante de um cenário tão desolador, a gente percebe que há um aumento da sua popularidade. Aí fica a reflexão: Onde nós vamos chegar? Onde nós chegamos, na verdade! Por que há, dentro da população brasileira, um apoio a uma pessoa tão desumana, que não cumpre com os padrões aceitáveis, inclusive, para se viver em sociedade? Nós enquanto indígenas estamos muito preocupados porque este cenário nós já vivenciamos no passado. Um cenário de extermínio, de genocídio. A morte acabou sendo normalizada dentro do nosso espaço social.

EC – O apoio de parte da população a Bolsonaro gera um ressentimento nas comunidades indígenas?

Dinamam – Gera uma certa surpresa. Justamente por entender que ele vem fazendo uma má política, que tem um discurso totalmente desalinhado com a comunidade internacional, que tem um projeto político que ainda não foi consolidado em termos econômicos, por exemplo. Nós não percebemos um avanço, uma melhora, por exemplo, na população como um todo. Para os povos indígenas, vou falar uma coisa muito clara: ele é ruim, ele nos mata, ele promove a desigualdade, ele promove as invasões das nossas terras; ele tem um discurso que insufla o ódio contra nós. Dentro de uma guerra que foi declarada, uma guerra injusta contra os povos indígenas, ele utiliza do instrumento do poderio da presidência para nos atacar, para promover a violência, para promover o ódio, pra difundir ainda mais a desigualdade.

EC – De que forma o governo promove essa desigualdade?

Dinamam – Paralisaram as demarcações de terras indígenas, as políticas públicas para os povos indígenas. Bolsonaro enfraqueceu a nossa instituição, a Funai. Os povos indígenas concentram a maior área de preservação. Temos 82% dos povos indígenas do mundo e 32% da biodiversidade dentro das nossas áreas. Nós protegemos o meio ambiente pra manter o equilíbrio global. Toda essa contribuição não é enxergada por parte da so-

riedade e muito menos pelos governantes. E o que nos preocupa é que diante de um cenário tão danoso quanto este, com a perda de renda, com o aumento da contaminação, com o aumento das mortes por Covid-19, com a falta de uma política estruturante e, principalmente, com o fomento do racismo institucional, mesmo assim esse homem lidera todos os cenários. Eu não sei de fato o que é que está acontecendo com a população brasileira. Sinceramente, é algo que precisa ser estudado. Diante de tantas mazelas, esse homem ainda ter um apoio forte, eu acho desolador.

EC – Existem saídas para essa situação em sua opinião?

Dinamam – Eu vejo saídas. Nas eleições passadas houve um grande número de abstenções, pessoas que não compareceram às urnas. Eu vejo ainda que há um grande público que se comove. Não vou generalizar, mas nós temos muito apoio da sociedade brasileira e temos o apoio da comunidade internacional. Então, pensando um pouco da interferência econômica dessas comunidades, dos tratados e acordos internacionais, os demais países de certa forma possam pressionar o governo brasileiro para lutar contra o desmatamento, buscar proteção aos direitos dos povos indígenas.

EC – Como é a relação da Apib com a comunidade internacional?

Dinamam – Falei da opinião pública internacional, dos tratados. Esses instrumentos nós nos apropriamos e estamos trabalhando diante de um cenário internacional para tentar reverter esse cenário aqui no Brasil. Percebemos que os governos de outros países estão cumprindo com a sua função, que é enquadrar o governo brasileiro diante de uma série de violações, especialmente de cunho ambiental e de direitos humanos.

EC – Você acha realmente que estão conseguindo enquadrar o governo?

Dinamam – Economicamente nós conseguimos grandes avanços. Na prática, ainda não chegaram esses reflexos dentro das terras indígenas, mas nós estamos

percebendo que agora se abre um diálogo para tentar atender nossos pedidos no acordo da União Europeia com o Mercosul. Países como França, Holanda, Áustria, Bélgica já colocaram que o acordo, na forma como está, não pode passar. Ele precisa garantir os direitos dos povos indígenas e a questão ambiental. Então, essa exposição internacional acaba constringendo o governo brasileiro, que precisa apresentar algumas medidas que garantam a integridade dos povos indígenas. Mesmo que sejam fictícias, elas acabam mobilizando o tema para abrir o debate, uma discussão mínima que seja. Essas interferências internacionais têm sido bastante importantes.

EC – Isso não pode demorar demais?

Dinamam – Como falei, ainda não percebemos na prática o reflexo disso, mas acreditamos que nos próximos anos, no fim do mandato dele (Bolsonaro) – se Deus quiser ele vai sair –, que vai ter um reflexo positivo, sim. Nos próximos dois anos, acreditamos.

EC – Na suspensão das ações de fiscalização e combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Munduruku, no Oeste do Pará, o ministro Ricardo Salles disse que entre os que defendem o garimpo havia lideranças indígenas. Até deu uma carona para essas lideranças em um avião da FAB para fazer lobby em Brasília. O que tem a dizer sobre isso?

Dinamam – Olha, ele (Salles) utiliza isso como subterfúgio. O de pegar algumas pessoas, indígenas ou não indígenas, para tentar legitimar o discurso de que até os indígenas querem minerar suas terras, explorar suas terras. É uma pequena porcentagem em uma esfera gigantesca de diversidades de povos. Nós somos 305 povos, mais de um milhão de indígenas. Daí você pegar uma ou duas lideranças e afirmar que os indígenas do Brasil querem minerar, eu acho que é um pouco leviano. Tem um pouco de tentar deturpar a imagem dos povos indígenas. Tentar colocar a opinião pública contra os povos indígenas – na real – eu

acho que é até um pouco falta de caráter, inclusive.

EC – Afinal, tem índio que quer garimpar ou não?

Dinamam – Não vou negar para você que existam lideranças que queiram, de certa forma, fazer isto. Tem. Mas é uma pequena parcela. A mínima possível, porque a grande maioria, a grande massa, quer a sua terra como está. Sem exploração, viver de forma sustentável, de forma tradicional, respeitando o meio ambiente e os seus modelos de vida que sempre foram consorciados com o meio ambiente, sem destruição. Pegar uma ou duas lideranças do povo Munduruku e achar que a maioria quer esse modelo predatório é leviano e nos preocupa muito. Esse governo foi eleito por *fake news* e com *fake news* ele vêm promovendo também a implantação de suas políticas para, apresentando inverdades, poder realizar a sua política de caráter genocida.

EC – Dados recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelaram que o desmatamento nas unidades de conservação da Amazônia no último ano foi pior que na floresta como um todo. Se de um lado temos uma pressão internacional que cada vez mais deixa claro que o Brasil pode sofrer sanções, por que Bolsonaro continua numa posição leniente?

Dinamam – Sobre esses dados, em terras indígenas houve um aumento de 64% de desmatamento proveniente de invasões. Importante frisar que é um desmatamento não promovido por indígenas. Esse aumento é proveniente de invasões e essas invasões são provenientes do enfraquecimento, na verdade, da política ambiental. Ou seja, o Estado enfraqueceu a sua fiscalização, a União enfraqueceu a política ambiental. Houve um desmonte e esse desmonte trouxe o aumento das invasões das terras indígenas e áreas de preservação e, consequentemente, o aumento do desmatamento. A dúvida que nós também temos, que nós também não conseguimos entender é essa: por que, diante de tantos atos, de

Foto: Mídia Ninja



“Nós, indígenas, estamos muito preocupados, porque esse cenário nós já vivenciamos no passado. Um cenário de extermínio, de genocídio”

tantas pressões, o governo brasileiro, o atual presidente, ainda persiste e tem um número expressivo de intenções de voto. Pra essa pergunta sua, nós também queremos uma resposta, na verdade.

EC – É difícil, então, uma resposta?

Dinamam – Nós não entendemos. Estamos vivenciando – eu que vivo em uma área indígena sou ameaçado – outras lideranças indígenas são ameaçadas. Estamos constantemente em contato com outras lideranças que estão em um cenário de guerra, tendo suas terras cortadas, sangradas pelo garimpo, pela extração ilegal de madeira, por invasores que inclusive estão levando a Covid-19 para dentro dessas áreas. Enfim, como – diante de um cenário que nós percebemos que, na verdade, é pior do que um cenário de guerra – ainda têm pessoas que apoiam essa política. Fica um questionamento para nós também. A gente quer saber o que é que está acontecendo com a população brasileira.

EC – Diante de tudo o que está acontecendo, perseguição de lideranças e comunidades, leniência

governamental com o desmatamento, com a invasão das terras indígenas, com o garimpo ilegal, que perspectivas você vê para o Brasil?

Dinamam – Para os próximos dois anos são as piores. Não acredito que vá mudar o cenário pra melhor, não vejo avanço e muito menos uma ampla discussão para a construção de uma política que respeite a diversidade de povos e o meio ambiente. Não vejo ações para o fortalecimento da política ambiental, não vejo fortalecimento na política social. Eu acho que são dois anos difíceis não só pra comunidade indígena, mas para toda comunidade tradicional no que diz respeito a políticas sociais, políticas voltadas para esse segmento das comunidades tradicionais, tanto indígenas quanto quilombolas. O que nós temos que fazer é o enfrentamento.

EC – Não tem espaço para muito otimismo, então?

Dinamam – Passar por esses dois anos vai ser difícil. Mas, cenários como esses nós já vivenciamos e sobrevivemos. O que nos resta é fazer a resistência. Em resumo é isso.

Seis medidas para salvar a educação que foram ignoradas pelo governo

Um dos nomes mais respeitados no meio educacional brasileiro, com um olhar agudo sobre as políticas para o setor, o educador Luiz Carlos de Freitas tem sido um dos nomes mais citados ou recorrentes em videoconferências sobre educação na pandemia e sobre as políticas educacionais do MEC de Jair Bolsonaro. Em entrevista exclusiva ao *Extra Classe*, Freitas trata da política educacional brasileira dos últimos 20 anos e aponta os caminhos necessários para a educação ter um futuro promissor. Acesse a íntegra do conteúdo em www.extraclasse.org.br.

Foto: Reprodução/YouTube



POLÍTICA

TCU mantém proibição ao governo Bolsonaro de anunciar em sites de *fake news* ou suspeitos

Foto: TCU/Divulgação



Há indícios de irregularidades contemplando a publicidade patrocinada por Banco do Brasil, Caixa, BNDES e BNB via Secretaria de Comunicação da Presidência em sites de jogo do bicho e discursos de ódio.

EDUCAÇÃO

Aulas presenciais da rede privada na pauta do Ministério Público do RS

Sindicatos de professores e das escolas, com representantes do MP e MPT, fizeram um debate sobre as condições para retorno das aulas presenciais no ensino privado.

Ensino médio gaúcho ganha observatório



Foto: Agência Brasil

Grupo de pesquisadores, estudantes e professores de várias instituições públicas e privadas criam espaço de troca de pesquisas e experiências sobre o ensino médio.



SINPRORS
PREVIDÊNCIA

Cuide bem do seu futuro.

Invista com quem entende de previdência privada.

Ingresse Agora
51 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO

FUNDAÇÃO **FAMÍLIA**
PREVIDÊNCIA

Governo propõe orçamento do MEC quase inalterado para 2021, em R\$ 144,5 bi



Foto: José Cruz/Abi

Ensino Médio em Tempo Integral não teve nenhuma execução orçamentária pelo MEC no primeiro semestre

por Flavia Bemfica

Projeto enviado ao Congresso no final de agosto propõe o aumento de R\$ 2,4 bilhões sobre os valores deste ano na previsão orçamentária de 2021 para a Educação. Caso seja aprovado pelo Parlamento, o orçamento ainda fica abaixo do montante empenhado em 2019, que foi de R\$ 144,7 bilhões. Para as despesas discricionárias – previstas, mas não obrigatórias –, nas quais o MEC havia projetado um corte de R\$ 4,2 bilhões estão previstos R\$ 19,9 bilhões. Representantes das instituições de ensino e de entidades de defesa da educação criticaram a intransigência do governo e alertam que os problemas do setor devido à falta de recursos e investimentos nos últimos anos se agravaram com o ano letivo anômalo em virtude da pandemia de Covid-19

Mesmo após os protestos de entidades e profissionais vinculados à Educação, o governo federal manteve, na prática, o corte em parte do orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2021. Na Proposta de Lei Orçamentária (Ploa) para o próximo ano, que chegou ao Congresso no último dia do prazo, em 31 de agosto, os recursos previstos para a Educação são de R\$ 144,5 bilhões. O valor é ligeiramente superior ao de 2020 (R\$ 142,1 bilhões na Ploa), mas ainda não alcança o montante empenhado em 2019, de R\$ 144,7 bilhões. Para as despesas discricionárias – aquelas previstas, mas não obrigatórias –, nas quais o MEC havia comunicado às entidades no início de agosto a projeção de um corte de R\$ 4,2 bilhões (18,2%) em 2021, estão previstos R\$ 19,9 bilhões.

A redução, apesar de não ter

alcançado o índice inicialmente anunciado, foi de 8,7% em relação ao previsto na Ploa de 2020 (R\$ 21,8 bilhões, que acabaram com dotação menor, de R\$ 19,6 bilhões), e ao empenhado em 2019 (R\$ 23,9 bilhões). Os gastos discricionários são os destinados a ações de custeio, investimentos e assistência estudantil. Incluem, por exemplo, valores colocados em ações como construção de creches, bolsas de apoio, repasses para expansão do ensino integral ou recursos destinados a ampliar a utilização de tecnologia nas escolas.

Aparentemente, em relação ao que havia sido ventilado no início de agosto, de que os valores para a Educação seriam menores do que os do Ministério da Defesa em 2021, o governo recuou, e manteve a Educação com o maior orçamento entre os ministérios. Mas,

na prática, quando consideradas as despesas discricionárias, o aumento no orçamento do MEC será de R\$ 276 milhões (1,4%) em relação à dotação atual, enquanto que o da Defesa alcançará R\$ 928 milhões (8,5%).

A falta de 'dinheiro novo' para a Educação ocorre em um momento no qual, em função de todos os problemas decorrentes da pandemia do novo coronavírus, entre eles o ano letivo anômalo de 2020, há necessidade de aumento nos investimentos em tecnologia e medidas sanitárias. "De fato fica difícil compreender. Porque não há país no mundo que tenha emergido de suas crises efetuando cortes em educação, ciência e tecnologia. As universidades, por exemplo, vêm experimentando cortes ano a ano. Neste momento, aqui, temos condições de conduzir a universidade até agosto de



Burmann: recursos para manter a Federal de Santa Maria só até agosto de 2021

2021. E destaque: isto não é drama para sensibilizar, isto é a realidade", assinala o reitor Paulo Afonso Burmann, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e membro da diretoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Cenário negativo com baixa entrega de políticas públicas

Conforme o coordenador de Relações Governamentais do movimento *Todos Pela Educação*, Felipe Poyares, há queda tanto real como nominal das despesas com a área. "No orçamento da Educação como um todo, o Ploa prevê um reajuste de 1,7%. Mas a inflação do período é de 4%. Fica evidente que o reajuste não é suficiente. Nas despesas discricionárias, o corte ocorre em um cenário no qual, neste ano de 2020, o governo já vem executando um percentual muito abaixo do previsto", elenca. Segundo ele, as expectativas no sentido de reverter as diminuições e garantir investimentos se voltam agora para o Congresso. "É um cenário muito negativo, de uma baixa entrega de política pública, e justamente quando a gente mais precisa. O Congresso precisa reverter isto", considera Poyares.

Segundo Burmann, a Andifes já realiza um movimento junto ao Legislativo para tentar alterar o quadro. "Estamos apostando na sensibilidade e na sensatez", resume. A coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, também destaca a necessidade de profissionais e entidades articularem soluções junto ao Con-

gresso, mas projeta um cenário pouco animador. "É uma situação muito crítica para a Educação, que precisava muito mais do que R\$ 144 bilhões. Não é um montante suficiente para uma resposta condizente com a que será necessária para todas as consequências da pandemia. Voltamos nossas pressões para o Congresso neste momento, mas a verdade é que não sabemos até que ponto, depois, os valores vão de fato se sustentar na execução orçamentária do próximo ano", adianta Andressa.

A execução orçamentária é a etapa concreta da aplicação dos recursos, e tem exigido atenção extra dos que acompanham a política educacional no país. Porque os esforços para garantir os investimentos acabaram se tornando uma constante, ora para tentar coibir cortes, ora para fiscalizar sua aplicação. O último relatório elaborado pelo *Todos Pela Educação* a respeito da execução orçamentária do MEC, divulgado em 29 de agosto, elenca os problemas, e mostra como já afetam o cotidiano de estudantes, a produção e o repasse de conhecimento.

O relatório do *Todos* mostra, por exemplo, que, até o final de junho (primeiros seis meses) deste ano,

apenas 22% das despesas discricionárias do orçamento do MEC foram pagas. Mas a baixa execução não se limita às despesas não obrigatórias. Mesmo após a inclusão dos recursos condicionados ao descumprimento da *Regra de Ouro* à dotação do ministério, aprovada em junho, e o remanejamento de recursos extras para a pasta por meio de medidas provisórias (MPs) para enfrentar a crise, o orçamento em 2020, em valores reais, é o menor desde 2012. E, nele, menos de 1% dos recursos condicionados pertencem à educação básica.

A análise traz um alerta a respeito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), principal unidade executora de despesas relativas à educação básica. Conforme o levantamento, há na autarquia mais despesas a pagar do que limite de pagamento disponível. A soma das dotações de 2020 que ainda não foram executadas, que é de R\$ 2,2 bilhões, com o saldo de Restos a Pagar (RAP), equivalente a R\$ 3,3 bilhões, supera o limite de pagamentos disponível: R\$ 2,8 bilhões.



Orçamento insuficiente para dar conta das consequências da pandemia, diz Andressa Pellanda

Restos a pagar comprometem execução orçamentária

Em relação a ações para o enfrentamento da pandemia, o relatório conclui que, até junho, os esforços do MEC para apoiar as redes de ensino ficaram restritos à transferência antecipada de parcelas já previstas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Mas programas como o Educação Conectada, que visa ampliar o acesso à

internet nas escolas, e o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), não tiveram nenhuma execução até o final do primeiro semestre. O que gera ainda mais receio entre técnicos e especialistas, contudo, é uma prática que vem se destacando desde 2019: o comprometimento de fatia significativa do orçamento com despesas de anos

anteriores. Enquanto no início daquele ano 16% do saldo de restos a pagar era composto por gastos do ano anterior, em 2020 o percentual saltou para 78%. A conclusão do relatório é de que o gasto excessivo com Restos a Pagar (RAP) tem comprometido a execução orçamentária de 2020, já que consume o limite de pagamentos do

exercício. Além disso, ao que tudo indica até aqui, o 'carregamento' de RAP do MEC de 2020 para 2021 tende a ser tão expressivo quanto o que ocorreu entre 2019 e 2020. "É grave e preocupante porque de forma alguma isto poderia acontecer, deveria ser uma exceção. Não se pode criar um problema para tapar outro", lamenta Poyares.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS*

Variação orçamentária dos principais órgãos de governo de 2020 para 2021

Fonte: Propostas de Lei Orçamentária

PASTA	ANO	ORÇAMENTO	VARIAÇÃO
Advocacia Geral da União	2020	R\$ 450 milhões	+2,6%
	2021	R\$ 462 bilhões	
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2020	R\$ 2,074 bilhões	+16,53%
	2021	R\$ 2,417 bilhões	
Cidadania	2020	R\$ 2,911 bilhões	-17%
	2021	R\$ 2,417 bilhões	
Ciência e Tecnologia	2020	R\$ 3,78 bilhões	-27,7%
	2021	R\$ 2,735 bilhões	
Defesa	2020	R\$ 10,105 bilhões	+16,16%
	2021	R\$ 11,738 bilhões	
Desenvolvimento Regional	2020	R\$ 6,575 bilhões	-5%
	2021	R\$ 6,250 bilhões	
Economia	2020	R\$ 10,904 bilhões	+19%
	2021	R\$ 12,983 bilhões	
Educação	2020	R\$ 21,837 bilhões	-8,61%
	2021	R\$ 19,955 bilhões	
Infraestrutura	2020	R\$ 7,937 bilhões	+3%
	2021	R\$ 8,176 bilhões	
Justiça e Segurança	2020	R\$ 3,950 bilhões	-32,2%
	2021	R\$ 2,678 bilhões	
Meio Ambiente	2020	R\$ 561 milhões	-4,8%
	2021	R\$ 534 milhões	
Minas e Energia	2020	R\$ 1,011 bilhão	+401%
	2021	R\$ 5,067 bilhões	
Saúde	2020	R\$ 18,606 bilhões	-12,13%
	2021	R\$ 16,348 bilhões	

* No caso da Educação, os gastos discricionários são aqueles destinados a custeio, investimentos e assistência estudantil, construção de creches, bolsas de apoio, repasses para expansão do ensino integral, tecnologia nas escolas.



Com esse distanciamento,
a gente nunca esteve tão perto

WWW.SINPRORS.ORG.BR

DIREITOS SAÚDE SERVIÇOS NOTÍCIAS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

A saúde humana e a vida dos animais

Pesquisadores de diferentes áreas têm chamado a atenção para o fato de que não podemos mais tratar a saúde humana dissociada da nossa relação com o meio ambiente e, mais particularmente, com os animais

Foto: Ministério Público da 4ª Região/Divulgação



O Brasil tornou-se um território de destruição da vida em geral e da falta de empatia – e isso não se limita ao fato de que frigoríficos têm sido, no Brasil e em vários outros países, focos de contágio e propagação da Covid-19

No dia 30 de janeiro deste ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto de uma nova cepa de coronavírus, que eclodiu na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, como uma emergência de saúde pública de importância internacional. No dia 11 de março, a emergência foi declarada pela OMS como uma pandemia. De março para cá, todos vivemos uma realidade com a qual ninguém sonhava nos primeiros dias do ano.

Há um elemento, na pandemia do novo coronavírus que estamos vivendo, que não se resume a um problema de saúde, entidade como bem-estar físico individual ou ausência de doenças em nossos organismos. Pesquisadores de diferentes áreas têm chamado a atenção para o fato de que não podemos mais tratar a saúde humana dissociada da nossa relação com o meio ambiente e, mais particularmente, com os animais. E isso não se limita ao fato de que frigoríficos têm sido, no Brasil e em vários outros países, focos de contágio e propagação da Covid-19.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (Ufrgs), Jean Segata é um desses pesquisadores que defende a necessidade de um olhar mais amplo para avaliar o tema da saúde na era das pandemias. Coordenador do Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias (NEAAT) do Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufrgs, Jean Segata defende que é preciso pensar as injustiças da nossa relação com os animais e o ambiente que nos cerca. Doença da vaca louca, gripe aviária, gripe suína, Covid-19... As duas primeiras décadas do século 21 foram marcadas, entre outras coisas, pela eclosão de doenças e epidemias, cuja origem está diretamente relacionada ao modo como nos relacionamos com os animais – e como os consumimos também.

A relação entre humanos, animais e ambiente é um tema central das pesquisas do antropólogo, que trabalha com a perspectiva de não separar a saúde humana da saúde animal e da saúde do meio ambiente. Ele pensa a saúde – e também a doença – como algo que é compartilhado por humanos, animais e ambientes, como ocorre também com a doença. Jean Segata alerta para os riscos do excepcionalismo humano, da ideia que

a natureza é algo externo do qual temos que nos proteger e que, ao mesmo tempo, nos damos o direito de utilizar como recurso.

Na mesma linha, a filósofa Lori Gruen, professora na Wesleyan University (EUA), assinala no início de seu livro, *Entangled Empathy: an alternative ethic for our relationships with animals* (Lantern Books, Nova York, 2015), que os cientistas estimam hoje que entre 150 e 200 espécies de vida estão sendo extintas a cada dia, um processo de extinção de espécies sem precedente e mais rápido do que qualquer outro desde a extinção dos dinossauros. A situação para outros animais, acrescenta, é ainda pior: "Cerca de 100 bilhões de animais, incluindo aí animais marinhos, são mortos anualmente para a alimentação humana. E cerca de 115 milhões de animais são usados em experimentos laboratoriais a cada ano". Além disso, acrescenta, atividades humanas como queimadas, desmatamentos, extração florestal e mineral estão destruindo o habitat de milhões de animais.

Para enfrentar esse cenário crescente de destruição ambiental e vidas humanas e não humanas, Lori Gruen trabalha com a ideia

de "empatia emaranhada", "um tipo de percepção de cuidado focado em atender à experiência de bem-estar do outro; um processo experiencial que envolve uma mistura de emoção e cognição, no qual reconhecemos que estamos em relacionamentos com outros seres e somos chamados a ser responsivos e responsáveis nessas relações".

As ideias de Lori Gruen adquirem um sentido de urgência especial no Brasil, na medida em que estamos sendo governados justamente pelo oposto do que ela propõe: a ausência de empatia tornou-se uma espécie de política governamental no Brasil. Milhares de mortes humanas são tratadas como uma fatalidade inevitável, a Floresta Amazônica e o Pantanal estão sendo devastados pelo fogo, pelo desmatamento e pela mineração. Milhares de animais estão morrendo queimados. Além das outras dimensões da crise que atravessamos, há uma crise de percepção sobre a gravidade e a dramaticidade do que está ocorrendo. O Brasil tornou-se um território de destruição da vida em geral e da falta de empatia. O mundo inteiro está vendo o que está acontecendo e nós também. E daí?

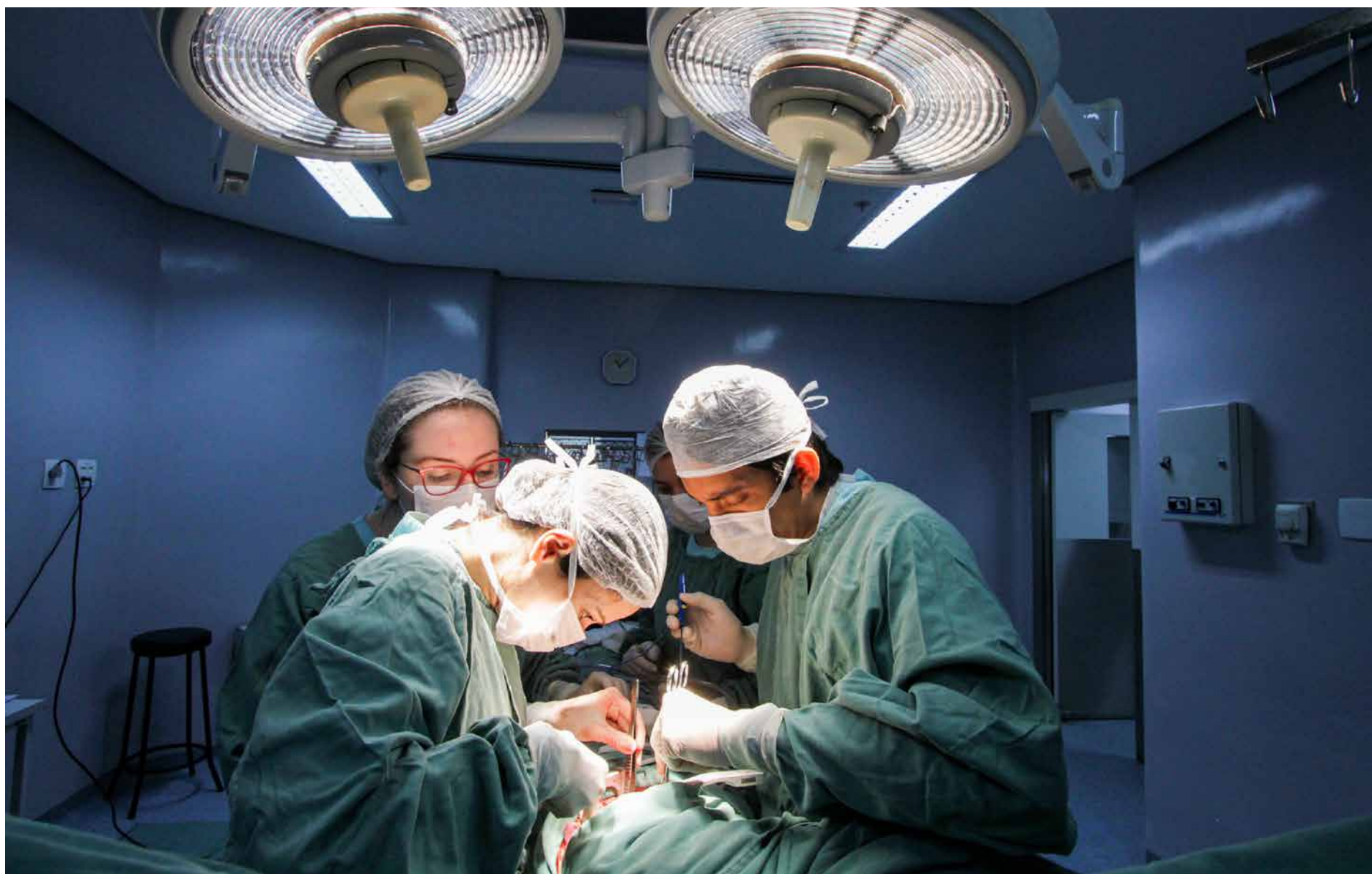


Foto: Igor Sposito

Equipe da Santa Casa de Porto Alegre fez 72 transplantes de órgãos entre janeiro e 20 em julho

Pandemia aumenta espera por um transplante

por Marcia Anita Santos

O risco de contágio e o deslocamento de profissionais de saúde para o atendimento a pacientes de Covid-19, somados a uma redução do número de doadores, teve um impacto negativo de até 40% nos transplantes e provocou um aumento de mais de 25% na lista de espera por órgãos e tecidos em todo o país. Mesmo com todas as dificuldades impostas pela pandemia, foram realizados 3.632 transplantes de órgãos e 3.963 de tecidos entre janeiro e junho deste ano. No mesmo período, em 2019, foram 4.355 transplantes de órgãos e 7.112 de tecidos. A lista de espera em julho passou de 35 mil para 46 mil pacientes

Portador de fibrose cística, doença genética que afeta principalmente pulmões, pâncreas e sistema digestivo, o engenheiro civil Ícaro Salomão Barroso, 24 anos, deixou sua terra natal, Manaus, em 2013, rumo a Porto Alegre em busca de tratamento, devido à perda de sua capacidade pulmonar. Em janeiro deste ano teve de entrar na fila de espera pelo transplante. Sua dificuldade chegou a tal ponto que hoje necessita de um transplante bilateral – os dois pulmões estão afetados. Mas ele não contava com um problema adicional: além da espera por um órgão compatível, sem saber por quanto tempo, a pandemia do novo coronavírus – o primeiro contágio no Brasil foi notificado em 26 de fevereiro – fez cair os índices de transplantes e doações, com

um consequente aumento da fila de espera no primeiro semestre.

O que Ícaro sente na pele é constatado objetivamente pelo médico Valter Duro Garcia, especialista em transplantes de órgãos desde a década de 1970 e hoje é o chefe do serviço de transplante renal do hospital Santa Casa de

Misericórdia, em Porto Alegre. "Janeiro e fevereiro deste ano foram os melhores meses de toda a história de transplantes de órgãos no Brasil", avalia. Para comparar, ano passado, foram oito doadores por milhão de habitantes, enquanto que janeiro e fevereiro de 2020 alcançaram a marca de 19 doado-

res por milhão.

Entretanto, a situação piorou sensivelmente a partir da segunda quinzena de março, quando a pandemia se agravou no território nacional. "É, sem dúvida, o mais grave problema de saúde, e talvez econômico, enfrentado pela humanidade nos últimos cem anos",

constata Garcia. O Rio Grande do Sul e outros estados entraram em isolamento. Em consequência, houve diminuição nas doações. Conforme dados do Ministério da Saúde, em julho, mais de 46 mil pacientes aguardavam na fila de espera. No mesmo mês do ano passado, eram 35 mil.

Vidas salvas que devem ser comemoradas

No Rio Grande do Sul, dados da Central de Transplantes demonstram queda de 39,20% nos procedimentos entre janeiro e julho deste ano. Foram 794 intervenções realizadas, enquanto que 2019 apresentou 1.306 no mesmo período. Após o início da pandemia, o estado precisou reduzir o número de transplantes para direcionar os esforços. Em janeiro,

foram realizados 72 transplantes de órgãos e, em julho, somente 20.

Mesmo com todas as dificuldades, no Brasil, entre janeiro e junho de 2020 foram realizados 3.632 transplantes de órgãos e 3.963 de tecidos. No mesmo período de 2019 foram feitos 4.355 transplantes de órgãos e 7.112 de tecidos. São vidas salvas que devem ser comemoradas.

O médico Valter Garcia é integrante do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO) e editor do Registro Brasileiro dos Transplantes (RBT). Em sua edição mais recente, ele escreveu que, comparado a 2019, o primeiro semestre de 2020 apresentou, no país, diminuição no número de transplantes de fígado (6,9%), rim (18,4%),

coração (27,1%), pulmão (27,1%), pâncreas (29,1%) e, de forma mais acentuada, no transplante de córneas (44,3%), pela suspensão das atividades de grande parte dos serviços. Houve queda nos transplantes com doador vivo, tanto de rim (58,5%), quanto de fígado (23,6%), para evitar o risco de o doador adquirir Covid-19 durante a internação.

Crise sanitária paralisou transplantes no Norte e Nordeste

Na região Norte, a mais atingida no início da pandemia, os transplantes foram paralisados. Logo depois foi a vez do Nordeste. "O transplante de rins estagnou e houve queda muito grande de coração e fígado", explica o nefrologista. No primeiro trimestre do ano, ele acrescenta, a região Sudeste conseguiu se manter estável, enquanto que o território Sul sofreu uma pequena queda e o Centro-Oeste ficou em uma posição intermediária. "Mas, no segundo trimestre, se verificou que houve uma queda em todas as regiões".

Segundo a ABTO, a mortalidade na fila de espera por transplante é maior entre pessoas que aguardam por doação de coração, pulmão e fígado. Mas a entidade

recomendou a todos os territórios que fossem mantidos os transplantes ativos o quanto fosse possível.

O trabalho, anuncia Valter Garcia, já foi retomado na região Norte, que é a mais atrasada em termos de transplante no Brasil. O mesmo acontece com o Nordeste. Porém, o Rio Grande do Sul, que sempre foi um estado de ponta, praticamente parou. Antes, era entrar na fila e ficar aguardando, porque, a qualquer hora poderia ser chamado, desde que houvesse um órgão disponível e compatível.

Mesmo com o momento desfavorável para este tipo de procedimento, ele não perde a esperança de logo resolver a situação e voltar com sua vida normal. "A tendência é de progressão, acredito que logo

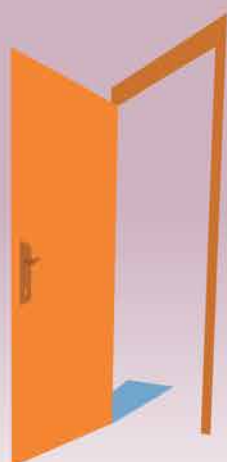
recomecem os transplantes".

Para o médico, apesar de ter sido um semestre particularmente difícil, "graças aos esforços das equipes de doação e transplante, essa atividade essencial para milhares de pacientes se manteve ativa". Mas muitas regiões, que já passaram pela fase aguda da pandemia, deverão retomar suas atividades e manter as taxas de doação e transplante estáveis no Brasil.

Agora, no final de agosto, surgiu uma boa notícia. Antes de entrar setembro, a direção da Santa Casa, maior instituição e pioneira em transplantes no estado, autorizou o recomeço dos trabalhos rotineiros, após paralisia pelo novo coronavírus. As urgências foram mantidas na Santa Casa durante o período.



Valter Garcia, nefrologista da Santa Casa. Como em 20 de agosto, quando foi feito um transplante renal. Valter Garcia comemora o sinal verde dado pela direção do hospital: "estamos prontos para recomeçar".



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





Foto: Igor Speratto

Mina na periferia de Butiá, abandonada pela Copelmi, a maior mineradora privada de carvão do país que faz lobby pela Mina Guaíba

Megaprojetos de mineração rondam o Pampa

por Flávio Ilha

O subsolo brasileiro, rico em minerais largamente demandados pelo mundo afora, está sob pesado ataque. E o Rio Grande do Sul é, atualmente, a nova fronteira dessa batalha no Brasil: são mais de 5 mil requerimentos para pesquisa em solo gaúcho, segundo dados do Comitê de Combate à Megamineração, e 166 projetos em andamento – a maioria deles no Pampa gaúcho. Caso avancem, o estado se tornará o terceiro maior polo minerador do país, mudando drasticamente sua vocação econômica. O benefício, entretanto, será para poucos: o capital internacional será o verdadeiro beneficiado com as políticas extrativistas e neocoloniais desses empreendimentos, já que as commodities minerais costumam deixar um rastro de destruição por onde passam – além de exportarem empregos e capital para os locais onde serão beneficiadas

Três dos quatro maiores projetos de mineração que estão em fase mais adiantada no Rio Grande do Sul situam-se no Pampa, que tem antecedentes históricos de exploração mineral. Um dos seis biomas inscritos no território brasileiro, o Pampa tem uma relevância extraordinária para o Rio Grande do Sul, onde abrange 63% de todo o território. Dono da uma fauna e de uma flora que, em muitos casos, lhe são exclusivas, o bioma vem sendo exaurido paulatina-

mente pela monocultura – notadamente de eucalipto, para alimentar as indústrias papeleiras, e de soja. Agora, a mineração em larga escala representa uma nova ameaça.

O maior desses projetos se localiza na região de Caçapava do Sul, onde a Nexa Resources S/A (com participação da Votorantim) pretende explorar cobre, chumbo e zinco às margens do rio Camaquã. A região reúne um dos mais valiosos sítios geológicos do país.

Outro, de menor monta, mas

nem por isso menos agressivo, está na confluência dos municípios de Lavras do Sul e de Dom Pedrito, num ambiente de paisagens amplas e costumes tradicionais – ali é o coração do habitat do gaúcho tradicional, com seu modo de vida integrado à natureza e aspectos culturais em franco desaparecimento. Trata-se do empreendimento Fosfato Três Estradas, da Aguiá Resources Ltda. O projeto pretende extrair 500 mil toneladas de fosfato por ano do Pampa gaúcho.

Além disso, há o projeto Atlântico Sul, que pretende extrair umenita, rutilo, ziconita e titânio de vastas regiões de banhados e reservas naturais de São José do Norte num empreendimento já com licenciamento prévio concedido pelo órgão ambiental do estado. Pelo menos duas características comuns unem os três projetos de exploração: todos têm alto potencial de danificar os ambientes naturais à sua volta e todos são financiados pelo capital transnacional.

Capital transnacional

Não é um mero acaso. O professor Sérgio Botton Barcellos, dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Fundação Universidade de Rio Grande (Furg), é taxativo ao afirmar que a estratégia de exploração está traçada no Plano Nacional de Mineração 2030: investimentos da ordem de US\$ 270 bilhões, a imensa maioria de origem privada, destinados prioritariamente à região Amazônica. O plano foi traçado em 2011, no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff.

“A meta para a ampliação da balança comercial do setor é passar de 1% para 12% do PIB até 2030, com investimentos maciços do capital externo. Ou seja, estamos falando basicamente de extração com fins de comércio exterior”, explica o especialista. Em 2018, o superávit da balança comercial do setor chegou a US\$ 23,4 bilhões. A mineração já representa cerca de 25% de toda a exportação brasileira.

No Rio Grande do Sul, a estratégia é sustentada pelo Plano Estadual de Mineração. Elaborado no governo de José Ivo Sartori (MDB), o plano, segundo Botton, “estabeleceu um aparato normativo para a exploração sem consultar a sociedade”. Junto ao projeto que prevê a exploração de carvão em Eldorado do Sul, a pouco mais de 20 quilômetros do centro de Porto Alegre, o resultado da exploração intensiva de minérios foi um acirramento dos conflitos na base social de implantação dos empreendimentos.

As denúncias são eloquentes:

em Lavras do Sul, a única audiência pública para debater a instalação do empreendimento, realizada em maio de 2019, está sendo contestada na Justiça devido a supostas irregularidades no edital de convocação. O projeto Fosfato Três Estradas, da Aguiá Resources Ltda, obteve licença prévia (LP) em outubro de 2019.

Em dezembro, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos emitiu uma recomendação para que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e o Ministério Público Federal (MPF) tomem providências “para cessar imediatamente as violações aos direitos humanos, à informação e à participação” no caso do licenciamento ambiental. Recomendou também a anulação

da LP e a adoção de medidas, pelo MPF, que apurem “as práticas ilícitas de captura de agentes públicos permanentes e temporários, o desvio de função de agentes políticos e desvio de finalidade de atos do poder público”.

Na segunda semana de agosto, a Aguiá obteve uma autorização judicial para pesquisar a área privada de um produtor da região – a empresa move três processos semelhantes contra proprietários que se recusam a autorizar pesquisa em seus campos. Em setembro, o Tribunal de Justiça do Estado suspendeu a autorização dada pelo juiz de primeira instância e proibiu os técnicos de entrarem nas propriedades. “A empresa vinha promovendo o ingresso

de pessoas não identificadas em diversos imóveis que não estavam incluídos na ação e outros que sequer pertencem às famílias acionadas judicialmente, causando grande insegurança e perturbação entre as propriedades rurais vizinhas”, diz o advogado Marcelo Mosmann, que representa os produtores locais.

A Aguiá é uma empresa australiana que tem fortes ligações societárias com a canadense Forbes & Manhattan. As empresas canadenses de mineração, como Belo Sun e Kinross, são conhecidas no mundo todo pela sua agressividade exploratória, especialmente em terras protegidas, e já consideraram o atual governo brasileiro *pro mining* – ou seja, um aliado estra-



Projeto da Rio Grande Mineradora já obteve licença para extrair 325 mil toneladas de minério junto à Lagoa do Peixe, em São José do Norte

técnico do negócio minerador.

Em março deste ano, o secretário de Geologia e Mineração do Ministério das Minas e Energia, Alexandre Vidigal, foi ao Canadá garantir aos investidores locais que o governo promoverá “avanços regulatórios, legais e ambientais, que levarão a um cenário de investimentos mais atraente no setor”.

A implantação do Projeto Três Estradas faz parte dessa estratégia de abertura do país. Em prospecção desde meados de 2007, prevê extrair fosfato em uma Área Diretamente Afetada (ADA) de 943 hectares, dos quais 93% representam ambientes nativos (876 hectares) com previsão de intensa supressão vegetal. Além das pastagens naturais, cerca de 4 mil famílias de pequenos agricultores produzem regularmente na região.

O fosfato não é um mineral valioso, mas sua utilização como matéria-prima para a produção de fertilizantes o torna cobiçado – o Brasil importa cerca de 75% do

volume necessário para manter sua produção agrícola. A exploração do minério, com o consequente beneficiamento local, tem no agronegócio brasileiro um forte aliado.

Devido à demanda pelo produto, a taxa interna de retorno do projeto é alta, da ordem de 25% ao ano, e com um VPL (valor presente líquido, que é o valor do investimento no futuro) de US\$ 273 milhões (cerca de R\$ 1,5 bilhão). O tempo de retorno do investimento é baixo, de pouco mais de três anos para uma exploração prevista de 15 anos.

Se o custo operacional é baixo, o dano ambiental promete ser severo. Para se ter uma ideia, segundo relatório preliminar da empresa, serão produzidas 2,4 toneladas de resíduos estéreis (sólidos) para cada tonelada de minério extraída, o que representa, em 15 anos de exploração, um contingente de 18 milhões de toneladas de rejeitos. Quase duas toneladas

para cada habitante do estado.

O relatório de impacto ao meio ambiente (Rima) destaca ainda que, de 37 indicadores avaliados para a etapa de implantação do empreendimento, 24 têm impacto alto (14) ou muito alto (10) no ambiente. Alguns dados: a cava da mina, a céu aberto, terá 280 metros de profundidade, o que equivale a um edifício de 90 andares.

As duas barragens de rejeitos líquidos previstas no projeto, além disso, terão uma parede final de 32 metros de altura e mais de um quilômetro de extensão, com acúmulo de 23 milhões de metros cúbicos de água – duas vezes maior que a barragem de Brumadinho, em Minas Gerais. Tudo isso nas cabeceiras do rio Tacuarembó, um importante tributário da bacia do rio Santa Maria.

“Toda mineração de metais é perigosa, independentemente da escala. E uma coisa é extrair para a economia local, outra é exportar. O país não ganha nada com isso,



Plano estadual de mineração estabeleceu um aparato normativo para a exploração sem consultar a sociedade, alerta Barcellos, da UFPel e Furg

pois as empresas vendem sem valor agregado, realizam todo o lucro nas suas sedes e deixam para trás o custo ambiental. As companhias canadenses são conhecidas no mundo todo como piratas”, alerta o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Francisco Milanez.

Lucro para o exterior

Em São José do Norte, o projeto Atlântico Sul, que prevê a extração de metais pesados em uma área lindeira à Lagoa do Peixe, também já obteve licença-prévia para a execução da primeira fase, batizada de Retiro. São 11 polígonais aprovadas para exploração de 325 mil toneladas de minério

por ano que, juntas, somam 10,5 mil hectares em uma região extremamente suscetível. O empreendimento prevê três fases.

“É um projeto com valor agregado baixo e que, em contrapartida, tem um potencial de contaminação hídrica muito alto. A região tem como característica

um lençol freático muito alto, em alguns casos até aflorante, que torna a implantação de um projeto desse porte extremamente danosa”, avalia o oceanógrafo Caio Floriano dos Santos, pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil.

O projeto é tocado pela Rio

Grande Mineração (RGM), uma subsidiária da empresa mineradora Santa Elina, com sede em Mato Grosso. Fundada em 1976, a empresa realizou uma operação para abertura de capital no Canadá em 1994 e, em 2003, abriu subsidiária nas Ilhas Virgens Britânicas, cujas ações são da canadense



Foto: Marcela de Avelar Mascarello/Divulgação



Foto: Flávio Ilha

Produtos da agricultura familiar e Assembleia Popular: a mineração ameaça a produção de alimentos

se Vaaldiam – na prática, trata-se de um empreendedor transnacional de grande porte.

Em 2017, a gigante chinesa Lomon Billions se associou à RGM/Santa Elina para a exploração do projeto Atlântico Sul, cujo foco principal é, na verdade, o titânio. O mineral tem grande valor para a indústria bélica mundial, além de ser usado largamente em pigmentos industriais. Segundo o comunicado da companhia chinesa, o desenvolvimento financeiro da CRM permitirá “a compra de minério de titânio por preço inferior ao do mercado”.

A propalada geração de empregos se mostrou uma falácia. Ou, como diz Santos, uma fake news. Serão geradas cerca de 350 vagas de trabalho durante a fase de operação, boa parte delas a ser preenchida por técnicos altamente especializados vindos de fora do estado, e outras 1,5 mil na fase de implantação, que dura cerca de dois anos. Em Lavras do Sul, no projeto Três Estradas, a expectativa é de gerar entre 700 e 900 vagas na construção, mas apenas cem na fase de operação da mina.

O impacto tributário é outra decepção. Estimativa do Instituto de

Justiça Fiscal aponta que a mina de carvão em Eldorado do Sul, o maior dos quatro empreendimentos já em fase de licença por parte do estado, deve gerar um incremento na arrecadação de ICMS de 0,2% ao ano, tomando como base a arrecadação de 2017. Em termos de impostos federais, segundo o auditor fiscal João Carlos Loebens, é possível até haver tributação negativa.

“Se a produção se destinar à exportação, praticamente não incidirão tributos indiretos à atividade. E se os insumos para a produção vierem de outros estados, então há até garantia legal de compensação por parte do Rio Grande do Sul para as unidades de origem”, explica.

Os dados da Agência Nacional de Mineração referentes à arrecadação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), por outro lado, apontam que até maio o Rio Grande do Sul tinha direito a uma parcela de R\$ 8,3 milhões da contribuição federal. Uma arrecadação irrisória para o tamanho do dano ambiental que a atividade provoca.

Membro do Instituto de Justiça Fiscal e do coletivo Auditores Fis-

Foto: Igor Sperotto



Mineração junto a Lagoa do Peixe tem alto potencial de contaminação hídrica, avalia Santos, do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul

cais pela Democracia, Loebens é taxativo ao afirmar que a mineração em larga escala gera pobreza, poluição e concentração de renda nos países de onde as commodities são extraídas. A estratégia é simples: abrir subsidiárias em paraísos fiscais e concretizar a venda dos minérios desses mercados, onde o valor declarado é substancialmente inferior ao apurado no local de produção. Com isso, os altos lucros são mascarados – resultando em tributos pífios.

“Na prática, verifica-se que as mineradoras acumulam cada vez mais montanhas de dólares em lucros ao mesmo tempo em que causam, também, mais e mais tragédias humanas e ambientais. Junte a isso cidades inchadas, com precárias condições de infraestrutura, com falta de saneamento básico, poluição da água, empobrecimento e, em alguns casos, até trabalho infantil, e temos o perfil da atividade mineradora no Brasil”, resume Loebens.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

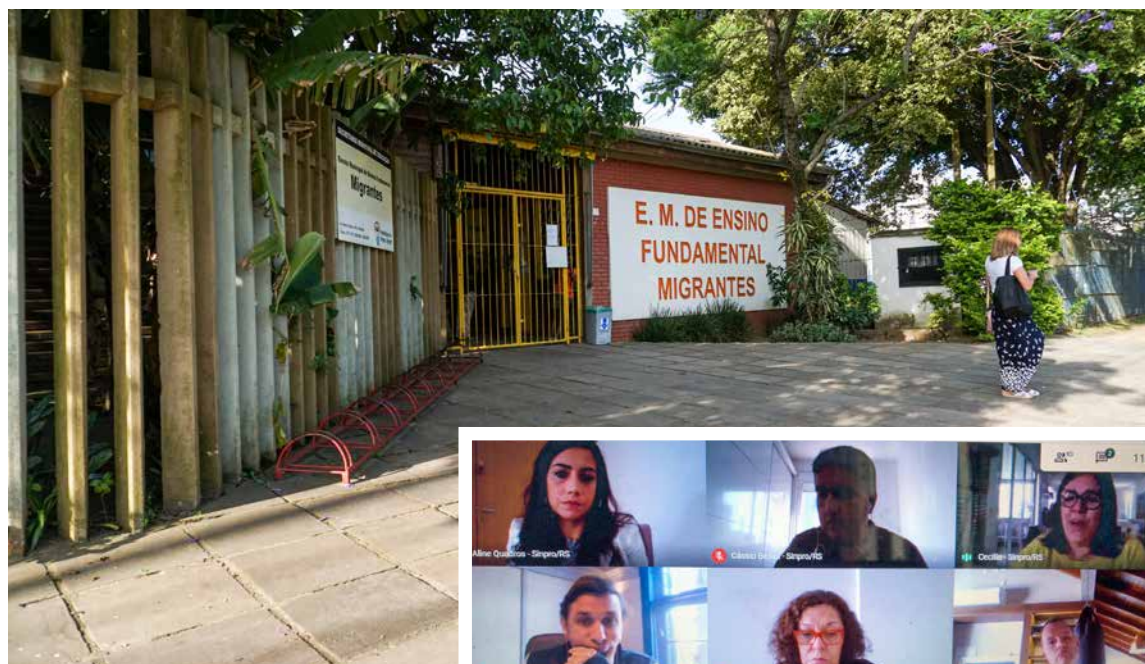
Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

Sindicato dos professores alerta para retorno precipitado às aulas presenciais

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) buscou, junto ao Ministério Público e gestores da educação e saúde, contribuir para o debate que envolve o retorno das aulas presenciais. No entendimento do Sindicato, o momento ainda é de insegurança, devido aos altos índices de contaminação e ocupação dos hospitais

por César Fraga



Aulas presenciais da rede privada foram tema de reunião com Ministério Público estadual no final de agosto

Ao longo dos últimos dois meses, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), por intermédio das Promotorias de Justiça Regionais de Educação, promoveu uma série de reuniões e seminários para discutir as condições de retorno às aulas presenciais na rede privada de ensino. “O Sinpro/RS tem participado dessas reuniões não apenas como parte interessada, no sentido de defender os interesses corporativos dos professores das escolas particulares, mas também como voz propositiva no debate preparatório do retorno das aulas presenciais”, explica a professora Cecília Farias, diretora do Sindicato.

Preocupada com as pressões para a retomada das aulas, Cecília relata que o Sinpro/RS buscou a parceria do Ministério Público Estadual e do Ministério Público do Trabalho para que, independente da data,

essa retomada ocorra – quando ocorrer – “num momento e em condições de segurança para estudantes e professores, seja de queda nos números de mortes e de contaminações pelo novo coronavírus”, destaca.

O Sinpro/RS tem se posicionado pontualmente ante às recentes sugestões de calendários de retorno presencial anunciados tanto pelo governo estadual – inicialmente –, quanto pela Prefeitura de Porto Alegre – posteriormente –, cujas previsões incluíam o início pela educação infantil, primeiramente em agosto e depois setembro.

“Em relação ao retorno das atividades nas escolas, o Sindicato mantém seu posicionamento de considerar precoce qualquer retomada presencial no próximo período em razão de que temos ainda um alto índice de contágios”, assinala Cecília Farias. Ela justifica que o sistema hospitalar não dará conta de uma eventual ampliação de demanda.

Necessidade de formação dos COEs

Outro ponto central dos debates promovidos pelo MPRS é a exigência de formação dos Centros de Operações de Emergência em Saúde (COEs) Municipal e Locais (das escolas), que é o agrupamento de entidades das áreas sanitárias, da saúde, educacionais e da administração pública, visando definir protocolos para este reinício.

Esses protocolos devem ser feitos nas escolas pelo COE Local de cada instituição e devem ser enviados para o COE Municipal aprovar.

“Está tudo definido no Decreto 55.292/2020 e na Portaria Conjunta SES/Seduc 01/2020”, aponta a promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, da Producs-POA.

De acordo com a promotora, diferentes municípios estão em estágios distintos de organização e que a decisão quanto ao momento de autorização de retomada de atividades presenciais permanece em construção, apesar das sugestões dos governos estadual e municipal.

Ela alerta que Porto Alegre, especificamente, ainda não havia constituído formalmente o seu COE-E municipal (até o fechamento desta edição em 15/09), o que causa preocupação. “Há um grande desafio de organização diante do grande número de instituições de ensino na cidade”, diz.

Conforme a promotora, a composição célere destes Comitês, com a articulação dos agentes adequados de cada uma das áreas envolvidas, com a abertura dos debates sobre a criação dos protocolos, a aquisição dos gêneros sanitários necessários para um retorno seguro e a previsão quanto às rotinas escolares que serão implementadas são passos vitais para o mapeamento de todas as peculiaridades e dificuldades de cada uma das redes de ensino espalhadas pelo estado. Pois é disso que resultará a criação das soluções exigidas com vistas a um retorno gradual e seguro das atividades e a própria tomada de decisão quanto ao momento e ordem de autorização de retorno, detalha a promotora.

SINDICATO – Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, sublinha o interesse do Sindicato em compor os COEs municipais. “Temos certeza de que o Sindicato e os professores têm muito a contribuir e que a capilaridade do Sinpro/RS, com 14 regionais, facilita essa participação”, diz a diretora.

“No decreto do governo do Estado existe a composição, que é bem enxuta. Mas como em muitos municípios houve a ampliação do número de representantes para facilitar a adesão às decisões do COE, o número de entidades que os integram foi ampliado. Nesse sentido, estamos pleiteando integrar a composição”, conclui Cecília.

Pandemia é o tema central da nova edição da Revista Textual

Está circulando desde o início de setembro a nova edição da *Revista Textual*, publicação do Sinpro/RS. Integrante do conselho editorial da *Textual*, o professor Marcos Fuhr, diretor do Sindicato, destaca que a opção para esta edição foi centralizar o tema na conjuntura atual, impactada pela crise sanitária e econômica provocada pela Covid-19. "Procuramos contribuir para uma leitura aprofundada desse momento em diferentes abordagens", ressalta.

A edição traz como destaque de capa o ensaio do professor da Feevale, de Novo Hamburgo, Fernando Spilki, doutor em Genética e Biologia Molecular, sobre as pandemias enfrentadas no mundo a partir dos tempos bíblicos. Ainda em ensaio sobre o tema, o professor e historiador Fernando Horta, da Universidade de Brasília (UnB), projeta que a Covid-19 deverá ocupar um significativo espaço nas análises históricas sobre este século. "Se o século passado foi claramente dominado pelo

Ocidente, suas tecnologias, sua cultura e sua economia, este parece pender para o Oriente, com a China tomando a posição de liderança mundial dos EUA", aponta.

DINÂMICA DO MEIO EDUCACIONAL – Os professores e pesquisadores Gabriel Grabowski e Cláudia Zank investigam os desafios enfrentados pelos docentes e estudantes com a repentina migração para atividades remotas na educação devido ao isolamento social imposto pela Covid-19. Os dois pesquisadores assinam o artigo *Possibilidades e limites das tecnologias digitais na educação*. Já o artigo *Flexibilizações normativas na Educação no Brasil... para quem?*, do diretor do Sinpro/RS, Sani Cardon, também integrante do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEEd), aborda os pareceres dos conselhos estadual e nacional de educação e a flexibilização das normativas que regem os sistemas de ensino, com o consequente aprofundamento das desigualdades

entre educação pública e privada.

O PROFESSOR E O MUNDO DA ESCOLA – O artigo *O trabalho docente na pandemia de Covid-19* trata da repentina substituição da interação presencial por atividades pedagógicas remotas devido ao fechamento das escolas em virtude da pandemia. Essa transformação acarretou uma série de problemas e desafios aos professores. O texto é assinado pela professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Ainda nessa editoria, o artigo *Direito autoral e de imagem dos professores em tempos de pandemia*, assinado pelos advoga-

dos Henrique Teixeira e Mayara de Almeida enfoca os direitos dos docentes nesse novo contexto.

A *Revista Textual* é uma publicação do Sinpro/RS, lançada em 2002. Conta com tiragem impressa e está disponível na íntegra, com livre acesso, no site do Sindicato (www.sinprors.org.br/textual).

A Revista Textual é uma publicação do Sinpro/RS



EDUCAÇÃO INFANTIL

Sindicatos retomam reuniões de negociação para acordo coletivo

Foram retomadas em agosto as reuniões de negociação entre Sinpro/RS e Sindicreches (Sindicato Patronal) para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos professores que atuam na educação infantil. A negociação havia sido interrompida pela pandemia de Coronavírus.

Os sindicatos seguirão as reuniões em setembro, tratando da pauta aprovada em julho pelos professores, em Assembleia Geral. Para garantir os direitos dos docentes, o Sinpro/RS negociou a ampliação da validade da última CCT até a finalização do processo negocial.

ENSINO PRIVADO

Ser Educacional quer incorporar Laureate

O Grupo Ser Educacional é um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e líder nas regiões Nordeste e Norte em alunos matriculados. Na primeira quinzena deste mês, o Grupo anunciou, em comunicado aos acionistas, a assinatura de contrato com valor estimado em R\$ 4 bilhões para a incorporação dos negócios no Brasil da Rede Internacional de Universidades Laureate. No Rio Grande do Sul, a Laureate controla a UniRitter campi Porto Alegre e Canoas, a Fapa e a Fadergs. Caso venha ser concretizada, a transação resultará no quarto maior grupo de ensino privado do país, com ações na Bolsa de Valores, em um ranking liderado atualmente pela Kroton,

Estácio de Sá e Unip. A operação depende de aprovação do Cade.

O Sinpro/RS informou aos professores que, caso se confirme a compra da Laureate, a nova mantenedora deverá assumir as responsabilidades da antiga. "A legislação trabalhista garante que a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica do empregador não poderá afetar os contratos de trabalho dos respectivos empregados, já que tal fato caracteriza a sucessão trabalhista", manifestou o Sindicato. "Portanto, qualquer alteração lesiva que venha a ocorrer deve ser informada ao Sindicato, que tomará as medidas cabíveis".

IPA

Assembleia avaliará proposta de paralisação nacional

Os professores do Centro Universitário Metodista (IPA) se reúnem no dia 21, em Assembleia, para deliberar sobre a participação no Dia de Paralisação dos Professores das Instituições Metodistas, em todo o país, bem como a potencial extensão dessa paralisação aos dias posteriores.

O dia de paralisação nacional é uma convocação do coletivo de sindicatos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, nos quais existem instituições metodistas, todas elas com o mesmo problema de extensas pendências salariais.

Associações de docentes aderem à campanha Professores Solidários

As associações de docentes do Colégio Monteiro Lobato, de Porto Alegre, e da Ulbra, de Canoas, se somaram no mês de agosto à campanha Professores Solidários, doando recursos para a aquisição de dezenas de cestas básicas para serem distribuídas a professores em situação de dificuldades financeiras em função da pandemia. O projeto já entregou mais de 7,5 toneladas de alimentos no primeiro semestre.

Preocupada com os efeitos da pandemia, a Associação de Professores do Monteiro Lobato (APML) destinou parte de seu orçamento para campanhas sociais. "Por unanimidade, a direção da APML e os professores do colégio aprovaram a destinação da verba aos Professores Solidários. Precisamos pensar em nossa categoria", diz Larissa Cardoso, da direção da Associação.

Além da doação aos Professores Solidários, a APML ainda colaborou com funcionários da escola e a famílias de trabalhadores que atuavam informalmente nos arre-

dores da instituição e viviam da venda de pipocas e doces para os alunos e que, com o isolamento, ficaram sem renda.

A Associação de Docentes da Ulbra (Adulbra) também se sensibilizou com a Campanha e doou para mais de 30 cestas básicas. Para o presidente da Adulbra, Ângelo Prando, o mote da campanha Professores Solidários foi fundamental para a decisão da contribuição. "O intuito da nossa Associação é ajudar o professor. Não poderia ser diferente neste momento em que vemos tantos professores com necessidades em função da pandemia", explica.

ALIMENTAÇÃO – O valor arrecadado com as doações da campanha Professores Solidários tem sido convertido em cestas básicas, destinadas, principalmente, às professoras de educação infantil, nível de ensino mais atingido pelos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, com demissões e escolas fechadas durante o isolamento social.

Ao todo, mais de cem famílias já foram ajudadas em todo o es-

Foto: Divulgação



Projeto já entregou mais de 7,5 toneladas de alimentos no primeiro semestre. Para mais informações, acesso o QR Code

tado. As doações podem ser feitas pela Vakinha On-Line ([www.vakinha.com.br/vaquinha/professores-](http://www.vakinha.com.br/vaquinha/professores-solidarios-2)

[solidarios-2](http://www.vakinha.com.br/vaquinha/professores-solidarios-2)), criada para a Campanha, e por depósitos bancários, em conta específica.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers

 Apaepers

Contribuição inferior ao mínimo e o tempo para fins de aposentadoria: vigilância

Assim como os benefícios previdenciários que possuem como piso mínimo o valor do salário mínimo e o teto máximo estabelecido por Decreto ou Portaria, as contribuições vertidas para a Previdência Social também exigem os mesmos patamares.

O professor ou a professora com várias atividades que contribuem acima do teto poderão pedir a restituição daqueles valores e, ainda, sendo várias atividades, é possível obter a soma dos salários. Destaca-se, essa soma não pode superar o teto máximo da Previdência.

Também, inúmeros são os casos em que o INSS não soma as atividades e, por conseguinte, a renda do benefício é menor que a devida. Outra situação peculiar bem possível de acontecer com os professores, ainda mais com eventuais reduções de carga horária, ausência de aulas ou mesmo quando há contrato intermitente.

Também comum na utilização de mão de obra geral dos trabalhadores ou mesmo nas escolas é a ocorrência em que os valores recebidos são inferiores ao salário mínimo e, por conseguinte, sua contribuição é inferior ao mínimo legal.

Não é de hoje que se vive esta situação. Entretanto, quando do pedido de aposentadoria, estes períodos cuja contribuição é inferior ao mínimo não serão computados como tempo de contribuição para aposentadoria e, mais, nem sempre o INSS informa ou manifesta pedido de providência para que o segurado complemente esta contribuição

menor e somem-se aos demais períodos de atividade.

Um exemplo muito comum é quando o professor, eventualmente desempregado, ministra aulas particulares e venha a receber por Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) pelas aulas ministradas. Em sendo este valor inferior ao mínimo legal, é apontado no sistema sua condição contributiva e o valor inferior ao mínimo, mas não há obrigação do INSS notificar o segurado para complementar a monta até o mínimo legal.

A consequência objetiva é que este período não será computado como tempo para aposentadoria e, muitas vezes, pode ser a diferença entre a concessão do benefício ou não; ou em uma renda maior em face do percentual devido frente ao tempo de contribuição do segurado.

Importante o segurado estar atento a esta situação, eis que no recente Decreto expedido pelo atual governo restou expressa a negativa do tempo contribuído inferior ao salário mínimo: "Art. 19-E. A partir de 13 de novembro de 2019, para fins de aquisição e manutenção da qualidade de segurado, de carência, de tempo de contribuição e de cálculo do salário de benefício exigidos para o reconhecimento do direito aos benefícios do RGPS e para fins de contagem recíproca, somente serão consideradas as competências cujo salário de contribuição seja igual ou superior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição".

Repete-se a máxima da eterna vigilância.

Sinpro/RS reforça importância da sindicalização

Realizada anualmente há pelo menos 30 anos, a campanha de sindicalização do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) neste ano está se dando de forma virtual, em função da pandemia. Lançada no final agosto, com o slogan *Você Vai Precisar do Sinpro/RS*, a campanha chama a atenção dos professores para diferentes situações na vida profissional em que o protagonismo do Sindicato é imprescindível, como na garantia dos direitos, acompanhamento das rescisões e solução de problemas nas instituições de ensino.

"A campanha foi pautada pelo acolhimento", destaca Fernando Waschburger, publicitário que desenvolveu o conceito e a série de vídeos e peças para as redes sociais. "O objetivo é sensibilizar os professores que ainda não são associados, demonstrando a relevância dos serviços e políticas que já fazem a diferença na vida e na atuação profissional deles", explica.

Pela primeira vez, a ficha de sindicalização também é inteiramente *on-line* (disponível no site do Sindicato – www.sinprors.org.br), uma novidade que facilita e amplia o acesso dos professores. Com a ficha virtual, os docentes conseguem concluir o processo totalmente *on-line*, usando o próprio celular, tablet ou computador. O Sinpro/RS estuda a possibilidade de disponibilizar a ficha de sindicalização também no aplicativo do Sindicato, ampliando ainda mais o acesso. Junto à ficha de sindicalização, os professores também conseguem tirar dúvidas e conhecer os benefícios dos associados.

"A sindicalização dos professores potencializa a atuação do Sindicato, que tem se tornado fundamental neste momento de pandemia", destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. "Neste período de tantos desafios na atuação docente, em que o excesso de trabalho dos professores pode representar descumprimento das normas trabalhistas, o Sindicato torna-se essencial para fazer valer as condições de trabalho dos professores".

Desde o lançamento, 45 professores já se associaram pela ferramenta. O Sindicato conta com mais de 21.200 professores associados, cerca de 60% dos professores que atuam no ensino privado do Rio Grande do Sul, da educação infantil à educação superior. "O percentual é expressivo e foi perseguido pelo Sindicato ao longo desses anos por meio das campanhas de sindicalização", conta Cecília. "Esta adesão é que torna o Sinpro/RS forte e representativo na defesa dos interesses da categoria".



Em algum momento você vai precisar do Sinpro/RS

MEXA-SE: SIMPLESMENTE PORQUE FAZ BEM.

A atividade física é entendida como agente preventivo e terapêutico de diversas enfermidades.

No tratamento de doenças cardiovasculares e crônicas, ela é apontada como a principal medida não farmacológica, assumindo aspecto benéfico e protetor.

Diminui a ansiedade, é considerada um poderoso antidepressivo e ainda contribui para uma noite de sono profundo.

O SINPRO/RS, pensando na sua saúde e bem-estar, disponibiliza uma plataforma digital repleta de dicas, videoaulas de corrida, Yoga, alongamentos, ginástica laboral, treinamento físico funcional, receitas e planos alimentares *lowcarb* e muito mais. Tudo isso num click, no seu smartphone ou desktop!



A PLATAFORMA SOMOS MOVE:
juntos em busca de mudanças positivas
no seu estilo de vida!

Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do SINPRO/RS.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



O pão de cada dia

por Gilson Camargo



Foto: Alexandre Rodrigues/Divulgação

A professora Milca, que coordena o projeto Fábrica de Sonhos



Foto: Divulgação

Moradores organizaram mutirão para construir casas na comunidade

A venda de pães caseiros foi a alternativa encontrada pela ativista social e professora Milca Lopes de Souza, 40 anos, para auxiliar um grupo de famílias do Recanto do Sabiá, no loteamento Timbaúva, zona norte de Porto Alegre a enfrentar a falta de trabalho devido a pandemia.

Seria uma atividade temporária, mas a iniciativa deu tão certo que ela já está procurando um imóvel para instalar uma ONG voltada para a geração de trabalho e renda com a confecção e venda de pães e quentinhas e atividades voltadas para formação e cidadania. A entidade já tem até nome: Fábrica de Sonhos, conta a professora, que atua há mais de dez anos como voluntária nessas comunidades.

Professora da Escola Adventista Viamão (CAV), Milca coordena os clubes *Aventureiros Tesourinhos da Terra*, para crianças de seis a nove anos, e *Desbravadores Timbaúva*, que atende a faixa etária dos 10 aos 15, programas universais mantidos pela igreja Adventista. "Eles desenvolvem atividades culturais ligadas à cidadania, valorização da natureza e do ser humano como um todo, da saúde, pra ajudar a gurizada na escola melhorar como filho, como cidadão etc.", explica.

Quando veio a pandemia, as reuniões presenciais foram canceladas. "Só que os problemas continuam e alguns talvez nem sobrevivam porque onde eles moram o tráfico tomou conta. O limite entre o certo e o errado é bem tênue pra eles", ressalta.

Desde abril, foram diversas campanhas solidárias, da fabricação de sabões de glicerina à entrega de cestas básicas semanais, passando por mutirões para construir casas. "Começaram a aparecer doações, voluntários ajudaram a fazer casas para o Kauan, de 9 anos, e para a Kimberly, de 12. E durante essas construções, em conversas com a mulherada, surgiu a vontade de ter uma ONG ou qualquer outra forma de organização. A Fábrica de Sonhos já existe no meu coração e algumas pessoas já estão até participando, surgiu a ideia de a gente fazer alguma coisa além da doação de comida".

O projeto tem três vieses. A confecção e venda do "pão dos sonhos" e da "quentinha dos sonhos", bolo de pote e cueca-virada, já são realidade. "Temos cinco mães fazendo em casa e as meninas vendendo. A primeira compra de ingredientes eu banquei com meu salário de professora, e disse: 'agora é com vocês'. Expliquei direitinho como é que se faz o plano de negócios, quanto custa o material, a parte da vendedora, o lucro, como se organizar. São pessoas bem simples, sem estudo. Agora já temos três fornos doados pra ajudar e as coisas estão acontecendo". O espaço também terá um projeto de alfabetização de adultos e crianças e oficinas. "O terceiro objetivo, que não é menos importante pra mim que sou adventista, é a evangelização", completa Milca.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Deise Enzweiler

Pedagoga, especialista em Educação Especial Inclusiva, mestre em Educação (PPGEdu-Unisinos), com atuação nas redes públicas de ensino de Novo Hamburgo e Porto Alegre. Doutoranda do PPG em Educação da Unisinos (Capes-Proex) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão (Gepi/Unisinos/CNPq)

A lição educacional

Na mais recente crise sanitária e econômica global, a área científica é convocada a zelar pela vida. Por mais que o momento convoque os profissionais da saúde a trabalhar em distintas frentes, as ciências humanas também têm uma batalha própria a travar, pois a Covid-19 ocasiona também uma crise educacional. Como seguir vivendo frente às questões complexas e difíceis de um momento que assola uma geração que, talvez, esteja enfrentando a sua primeira grande crise social?

A proteção social do Estado, uma força ainda mais necessária em tempos de crise econômica e sanitária, torna-se centro de disputas ferrenhas: pela força com que as políticas públicas têm sido atacadas nas tendências econômicas recentes, a Covid-19 nos alerta, de forma brutal, para a importância de defesas globais que consigam assegurar as condições mínimas aceitáveis de bem-viver e a própria sobrevivência de todos.

Na lógica individual que tem pautado nossas formas de viver recentes, torna-se uma atitude violenta solicitar que os indivíduos deem conta das demandas de sobrevivência de forma pessoal, sejam elas econômicas ou sanitárias. E é neste ponto que a crise que rapidamente nos atacou também se torna um problema educacional.

Mais do que um problema de formação na escola para compreender, de diferentes perspectivas, os problemas que estamos enfrentando, a crise tem essa marca porque nos alerta para a importância do ato educativo. Ninguém sobrevive sem o outro em democracias pautadas pela possibilidade da liberdade.

E esta é uma função da educação que não se pode esquecer: o espaço da escola ainda é o principal lugar em que é possível aprender a conviver com os outros democraticamente, sejam eles semelhantes ou diferentes. É na escola um dos primeiros lugares em que é possível tornar-se menos eu. Há lições maiores na crise que vivemos? Ela tornou-se um apelo para que as sociedades repensem a centralidade da educação, para que não nos esqueçamos de olhar para o outro, pois toda a vida importa e merece ser vivida com dignidade. Uma simples, porém cruel lição.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. A coluna Palavra de Professor é destinada a artigos de professores, com 2.500 caracteres. Envie sua sugestão aos editores: extraclass@sinprors.org.br.



Rede de ódio, o filme

A Internet ofereceu a base material para que propostas político-ideológicas pudessem organizar privadamente frustrações disseminadas em torno de uma “política do ressentimento”

Foto: Jaroslaw Sosinski/Neima Film/Divulgação



Rede de ódio: “A política no mundo contemporâneo não foi apenas alterada, ela foi destruída”

Longa polonesa *Rede de ódio* (*The Hater*), de Jan Komasa (disponível na Netflix), é uma das obras de arte que revelam nossa época. No futuro, quando os historiadores tentarem entender o que ocorreu com o mundo quando os lunáticos passaram a dar cursos e os milicianos chegaram ao poder, esse filme será uma referência obrigatória. A história se passa em Varsóvia, mas poderia ter ocorrido em qualquer cidade do mundo e diz respeito aos mecanismos de dominação e alienação que constituem o mundo das *fake news* e dos discursos de ódio na Internet. O que faz do filme algo surpreendente, entretanto, é que ele é contado a partir da perspectiva de um sociopata, o que permite compreender alguns dos mecanismos que preparam a violência, destacadamente o ressentimento.

No centro da trama está Tomasz Giemsa (em grande atuação de Maciel Musiałowski), um jovem solitário de origem humilde à procura de emprego. Após humilhar-se diante de uma banca, ele é expulso do curso de Direito pela prática de plágio. O personagem é complexo, combinando fragilidade e ambição e sua conduta é de completa amoralidade e sedução. Tomasz consegue trabalhar em uma agência de *marketing* que destrói reputações (um gabinete do ódio). Ali, começa a reve-

lar seus conhecimentos, além de uma crueldade particular, o que lhe dá algum reconhecimento. Ele deseja o amor de Gabi (Vanessa Aleksander), uma das filhas de uma família rica, culta e progressista que o ajuda. O problema é que ela não lhe oferece atenção e Tomasz percebe que suas chances amorosas são quase nulas.

As coisas se complicam quando a agência em que trabalha assume a conta de um candidato conservador que disputará a prefeitura e Tomasz passa a se aproximar do candidato progressista com o intuito de destruí-lo. Ele frequenta o comitê desse candidato, como se fosse um dedicado apoiador. Ao mesmo tempo, organiza campanhas homofóbicas e racistas contra ele na Internet, mobilizando grupos de supremacistas brancos, nacionalistas e amantes de armas de fogo. Com um desses sujeitos, um jovem infeliz que vive com sua avó e posta vídeos com armas na Internet, Tomasz começa a tramar algo ainda mais sério. O filme vai ganhando, então, o perfil de um *thriller* arrebatador.

Sabe-se que determinadas frustrações, inclusive de ordem sexual, estão na origem de atos violentos. Dollard, Miller, Doob, Mowrer e Sears são os pioneiros da chamada “Hipótese da frustração-violência” pelo trabalho *Frustration and Aggression*, de 1939. A hipótese

foi desenvolvida por outros pesquisadores como Berkowitz (*Roots of aggression: A re-examination of the frustration-aggression hypothesis*, 1969) e conta com muitas evidências empíricas. Os chamados “incels”, por exemplo, sigla para *involuntary celibates* (celibatários involuntários), formam um grupo especialmente perigoso quando se organizam na *deep web*, traduzindo suas frustrações em homofobia, no ódio às mulheres e ao feminismo e preparando atos de extrema violência como estupros e massacres. Esse tipo de interação é também um espaço para a cultura da morte, para a aversão a si mesmo, para a vingança e o suicídio. A explicação para a infelicidade, em fóruns com esse público, projeta uma espiral de desespero em que o sofrimento aparece como um destino definido pelo formato do crânio dos homens ou por sua altura.

A Internet ofereceu a base material para que propostas político-ideológicas pudessem organizar privadamente frustrações disseminadas em torno de uma “política do ressentimento”. Na Europa e nos Estados Unidos, essa política mobiliza, já há alguns anos, operários desempregados, agricultores que perderam posições no mercado, jovens com baixa escolaridade e moradores das periferias. O ponto inicialmente explorado pela direita populista foi a política quanto

aos imigrantes. Bodes expiatórios da crise econômica e social, os imigrantes foram apontados como uma ameaça real, capaz de, em um futuro breve, retirar dos nacionais sua autonomia. A mensagem, por isso mesmo, se traduziu rapidamente em discursos racistas. No caso brasileiro, o tema da imigração tem papel secundário, pelo menos por enquanto, mas encontramos a mesma retórica antisistema e a mesma avassaladora produção de um mundo virtual tóxico, povoado por teorias da conspiração, apelos à violência e ódio às instituições democráticas e aos direitos humanos.

Os que assistirem *Rede de Ódio* poderão perceber os elementos que nos permitem afirmar que a política no mundo contemporâneo não foi apenas alterada, ela foi destruída. Um processo cujo balanço nunca fizemos, talvez porque seja doloroso demais. O que temos no lugar da política é outra coisa, ainda não conformada totalmente, que exige do campo democrático posturas, ideias e atitudes completamente diferentes de tudo o que já foi feito e pensado. Infelizmente, não há indício de que os sujeitos políticos tradicionais sequer cogitem olhar para o abismo que se criou. Talvez, como disse Nietzsche, porque se olharmos profundamente para o abismo, o abismo também olha para dentro da gente.

por Gilson Camargo

Mapas sonoros, mídias mortas, currículos fraudados, burocracia acadêmica, reconfiguração de postos de trabalho, saúde mental e realismo capitalista. A leitura de *Mecanosfera / Monoambiente* (Zouk, 120 p.), novela de ficção teórica lançada no início de setembro pelo professor e pesquisador na área da Comunicação, Fabrício Silveira, abre a caixa de pandora do mundo acadêmico e suscita muitas reflexões sobre a conjuntura educacional do país na atualidade.

Na trama, ambientada nos primeiros meses de 2019, um professor universitário de 45 anos, morador da Cidade Baixa, em Porto Alegre, perde o emprego e se inscreve no processo de seleção para uma bolsa de estudos. A narração desses acontecimentos, conforme progride, revela certos bastidores do mundo acadêmico.

O livro foi concebido como parte das atividades da disciplina *Epistemologia fabulatória, experimentação metodológica e criação escrita na pesquisa em Comunicação*, no PPG em Comunicação da Ufrgs.

Um impulso para escrever a trama, segundo o autor, foi a percepção de uma espécie de "fratura cognitiva" com o descrédito progressivo à imprensa, à universidade e às instituições de pesquisa. A conjuntura real se tornou tão bizarra que aumentou a demanda por ficção, constata. "A avalanche de fake news com a qual passamos a conviver me instigou a tratar do tema, para considerá-lo e reagir a ele, de algum modo. O interessante é que passei a ver essa onda de fake news como demanda generalizada por ficções, por novas ficções, como se a sociedade estivesse pedindo ficções e que, sendo assim, um trabalho universitário poderia se ver autorizado a incorporar, em si mesmo, lógicas e procedimentos próprios da literatura e dos mundos ficcionais, tentando assim dar outro sentido, canalizar de outro modo essa demanda por ficções", resume Silveira.

O professor e seu labirinto



Universidade: burocracia, metatrabalho e angústia

Fabício Silveira é professor universitário e escritor. Formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem mestrado em Comunicação e Informação (Ufrgs), doutorado em Ciências da Comunicação (Unisinos) e pós-doutorado pela School of Arts and Media (Salford University, Reino Unido). É autor de diversos livros, como *Grafite Expandido*, *Rupturas Instáveis – Entrar e sair da música pop*, *Guerra Sensorial* e *Gigante Figura*. Leia a seguir trechos da entrevista:

Como define *Mecanosfera/Monoambiente*?

Do ponto de vista formal é uma experiência de literatura e ensaio acadêmico, um exercício de teoria-ficção que, no caso, diz respeito à tentativa de colocar dentro de uma moldura da ficção algumas questões e debates teóricos. O livro é sobre um professor universitário que, depois de muito tempo, perde o emprego e se vê diante da possibilidade de concorrer a uma bolsa de estudos. Nos primeiros meses de 2019, havia uma apreensão muito grande quanto às políticas educacionais a serem implementadas no país e essa é a ambientação do trabalho, que acaba discutindo esses bastidores do mundo acadêmico, sempre pela ótica do personagem, que se vê num processo de repensar a carreira e o próprio sentido das práticas da universidade.

Quais práticas?

A narrativa toca em temas como o produtivismo acadêmico, a burocracia na universidade, as bolsas de estudo, os sistemas de avaliação e o financiamento da educação no Brasil. São assuntos que vão permeando essa narrativa e eventualmente recebem um tratamento um pouco mais teórico porque é como se esse personagem não estivesse só narrando a sua história ou uma história a partir do seu ponto de vista, porque ele, afinal de contas, é um professor. O personagem se vê refletindo, com seus instrumentos de professor, sobre essa situação que ele está atravessando.

É uma novela de ficção, mas mobiliza questões reais?

A narrativa se detém muito na questão da burocracia da universidade, que é um tema caro pra gente pensar não só a universidade, mas o Estado burocrático no Brasil. No caso do livro, a burocracia acadêmica, seja o produtivismo, a exigência permanente de uma produção cada vez mais e mais desenfreada como critério de avaliação do professor e a burocracia também como mérito formal. Há um conjunto de demandas em torno da vida do professor que tira muitas vezes o professor do seu compromisso imediato com o ensino, com a sala de aula. Estou falando dos sistemas de avaliação, dos sistemas de ranqueamento das universidades, dos processos de seleção de alunos.

A burocracia acadêmica afasta o professor da sala de aula?

Vão se produzindo demandas mais a ver com a formalidade, com o registro informacional sobre a produção do que com a produção em si. É como se estivesse em curso um metatrabalho, como se os professores trabalhassem para produzir indícios de que trabalham e como se trabalhassem mais nisso do que propriamente naquilo que seria o núcleo pulsante do seu compromisso.

Como essa lógica atinge a saúde dos professores?

Eu pessoalmente tenho acompanhado, até mesmo na condição de professor interessado na vida da universidade, e chamam a atenção as questões da saúde do professor, os índices de adoecimento, a saúde mental, até mesmo as taxas de suicídio na pós-graduação – assuntos não muito tratados publicamente. O livro aborda as consequências psíquicas dessa conjuntura toda de hiperexigência, de burocracia e agora, mais recentemente, tudo isso somado a um processo social ampliado de desacreditação da universidade como instância de saber, até como instância formativa capaz de garantir, para alguém, no futuro, uma vida melhor.

Vale a pena ser professor?

Há um conjunto de fatores que nos coloca diante de uma situação

muito difícil e o livro é uma tentativa de enfrentar essas questões que, somadas, se configuram para nós quase como uma ausência de futuro na universidade. Não vejo hoje ninguém feliz, ninguém que tenha vínculo com a universidade, seja em que nível for, seja como professor, como estudante, como funcionário, como técnico. O livro aponta alguns desses fatores que contribuem para uma sensação generalizada de desconforto que temos hoje com a vida dentro da universidade. As condições do trabalho acadêmico, a universidade como uma instância social de referência, de legitimidade, numa crise, e, dentro disso, esses processos de acentuada burocracia, de precarização da saúde e do trabalho, e de, mesmo assim, termos que tentar reconstruir uma universidade viável nesse cenário.

A conjuntura educacional piorou?

Vivemos uma espécie de comprometimento do futuro da universidade. Em que nível isso se dá eu não consigo dimensionar exatamente. Até que ponto isso pode ser revertido também não. Mas acho que envolve muitas coisas, que vêm de antes de 2019. Há uma captura das universidades por uma lógica radicalmente comercial, que é um desses fatores. Acho que o ensino não pode ser visto como mercadoria. Então há processos de acentuada mercantilização do estudo, que, evidentemente, para mim, comprometem a natureza dos processos pedagógicos. Há coisas na vida que não podem ser vistas por uma ótica que não seja de cooperação radical. Nem tudo é mercadoria a ser comprada por um indivíduo singular, isolado, pensando unicamente em si. E a educação é uma dessas coisas que não podem ser submetidas à lógica do consumo e nem podem ser vistas fora da dimensão pública. Essa lógica de hiperconsumo da educação se agravou e se acrescentou a isso o processo de plataformação do ensino. Isso já vinha se dando com um movimento quase de forçar as universidades a adotarem o ensino a distância. Agora, com a pandemia, esse processo só se acentuou e irá se consolidar. E há também o processo de datificação do ensino.

Li, dia desses, que uma rede internacional de universidades que atua no Brasil submeteu a correção dos trabalhos dos alunos a um sistema de inteligência artificial. Os alunos estavam sendo avaliados por um computador e achavam que era por um professor.

O que significa datificação?

Me refiro a processos de plataformação do ensino e, de outro lado, a processos de hiperinformatização, que só acentuam a transformação do ensino numa *commoditie* e de entendimento de que o ensino é algo a ser disputado por indivíduos e não mais um bem coletivo. O livro é um pouco o fruto desse meu estado de alerta com tudo isso que está acontecendo, desde 2018, e antes, é a tentativa de produzir alguma coisa que faça algum sentido como reação a essa conjuntura que a gente vê se formando diante dos nossos olhos. E o curioso é que eu me senti instigado a encontrar na ficção um modo de reagir. Porque parece que a situação é tão turbulenta e nos escapa tanto, mesmo para quem está dentro da universidade, como eu, que talvez a ficção seja um modo de espelhar um pouco e de colocar no horizonte um exercício mais positivo diante desse cenário de crise de futuro.

A realidade está tão surreal que há uma demanda por ficção?

Algo assim. Talvez uma peça de ficção responda melhor ou suscite melhor uma resposta a essa conjuntura do que um trabalho acadêmico que acabará tabulado na minha planilha de produção. Como fazer a crítica desse sistema colocando-a na mesma planilha que eu critico? Nesse sentido, o elemento ficcional transborda e traz incômodo para essa planilha, para essa auditoria acadêmica para a qual a gente vive prestando contas.

Livro
Mecanosfera / Monoambiente
publicado pela
editora Zouk





FRAGA

Xará xarope

É uma era de constrangimentos. Ou herá, porque brotam sem parar. E surgem por todo canto: manchetes ou editoriais de jornais, em bandeiras bozonarianas na sacada em frente, em notas de repúdio, decisões ou indecisões do STF, atos desgovernamentais. Enfim, lista interminável.

Um dos piores, agora, são os xarás indesejáveis, eufemismo pra vergonhosos. Imagine alguém que não é o Jair Bolsonaro se chamar Jair Bolsonaro. Não queira estar na pele dele, na função de chefia duma empresa. Coitado dele e dos funcionários. Pelas costas ou frente a frente, a situação é constrangedora. Ainda mais em reuniões convocadas por ele, em salas lotadas.

E se você for – vá lá – um ótimo síndico? Daqueles que há tempos é reeleito pelos méritos administrativos. Que todo mês faz o condomínio economizar grana, ter saldo positivo. Legal, né? Acontece que ele se chama Paulo Guedes. Sabe lá o que é viver suspeitando de risinhos e cochichos o dia inteiro? Até quando uma criança se dirige ao Seu Guedes é torturante. Às vezes, por vingança, tem vontade de causar prejuízo nas contas do prédio e foder os inquilinos. Mas não faz. Ele não é o Paulo Guedes do Planalto. É só um constrangido a mais.

Terrível também é o caso, por acaso, de um jardineiro batizado Ricardo Salles. Não importa a beleza dos gramados aos seus cuidados, dos canteiros primaveris 365 dias por ano. As podas corretas, que dão sobrevida às árvores. Azar dele: esse Ricardo Salles já morre de vergonha da sua motosserra, da tesoura, até o aparador o constrange. Já pensou em trocar de profissão, mas sabe que a primeira coisa que vão perguntar é: o que o senhor fazia antes, seu Salles?

Outra mortalmente constrangida é a professora Damares Alves, ainda moçinha, e por isso inconfundível com aquela outra que não para de constranger o país. Até 2019, essa Damares Alves era fessora querida, agora padece ao ir pra escola. Dar aulas virou aflição: às vezes porque, por coincidência, sentam próximos uma menina de rosa e um menino de azul. Ou mesmo ambos de azul. Ou quando uma criança traz de lanche uma goiaba. Ou, horror, horror, quando a diretora sugeriu que passe a dar aulas de educação sexual.

Os constrangimentos não cessam. Perguntem aos xarás por toda parte: ao Eduardo Pazuello, agente funerário; ao vigia Augusto Heleno, ao RP Ernesto Araújo, ao estudante de direito André Mendonça, ou a algum árbitro de futebol que atenda por Gilmar Mendes. Sem falar em tantos que trocaram de nome só pra poder andar de cabeça erguida.

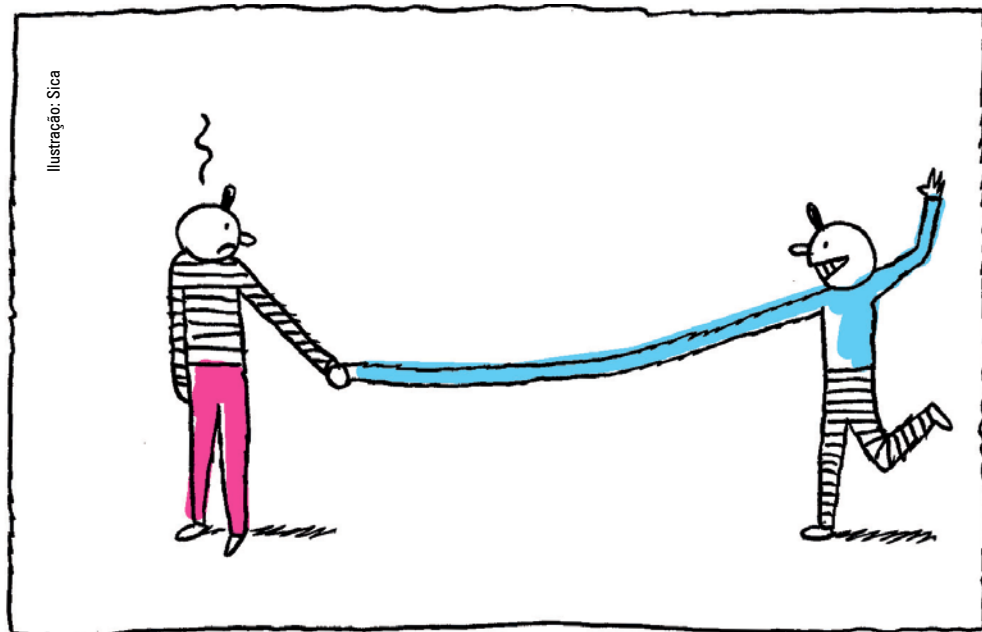


Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda
cultural completa
em ecarta.org.br.

SHOWS VIRTUAIS

Ao vivo pelo Youtube | 18h

12/9 – Udi Fagundes apresenta o acústico *Latin Africa Brasil*.



Foto: Fernanda Tein

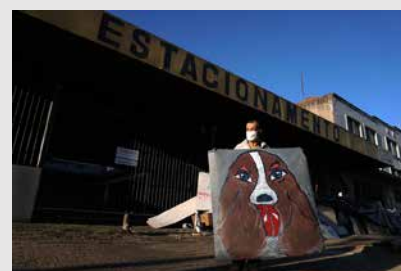
Foto: Ana Feiden

ARTES VISUAIS

Porto Alegre

14/9 – Abertura da mostra **Artistas de rua na Ecarta**.

Visitação de terça a domingo, das 10h às 17h, mediante agendamento prévio pelo telefone 4009-2970.



Fotos: Igor Sperotto

CULTURA DOADORA

27/9, 19h, Dia Nacional da Doação de Órgãos – Lançamento da música nova dos Los 3 Plantados: *A vida continua*, em live na página do Cultura Doadora no Facebook.



Foto: Fernanda Chemale

CAMPANHA

A Ecarta busca arrecadar R\$ 10 mil para auxiliar músicos que precisam de ajuda financeira para seus projetos devido a pandemia. Para contribuir, basta acessar o QR Code ou o site da campanha www.vakinha.com.br/vaquinha/projeto-ecarta-musical-solidario.





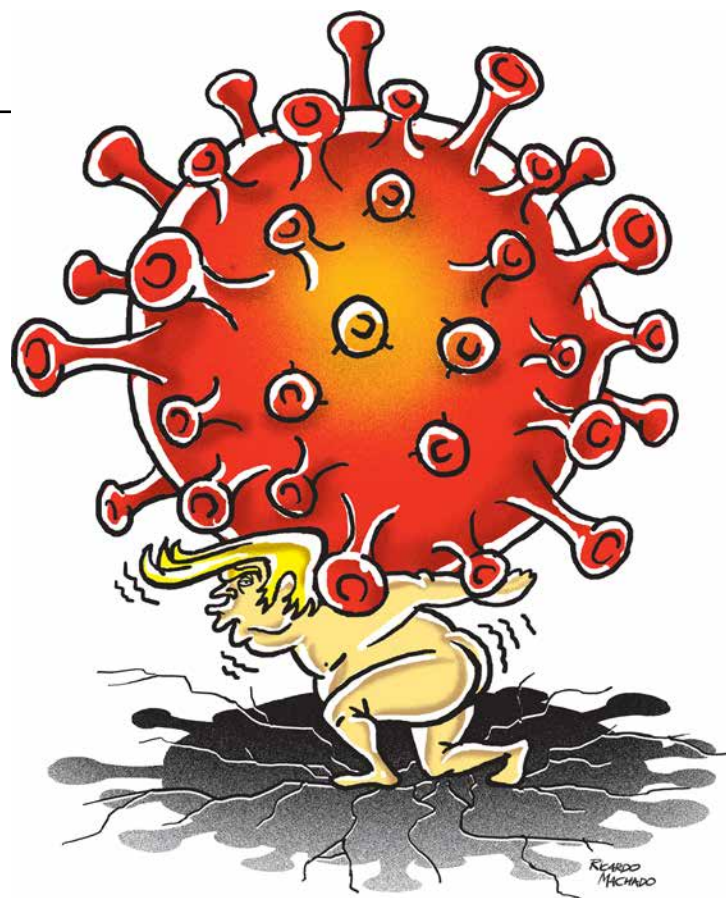
VERISSIMO

Supremacias

O século americano durou pouco porque os americanos não entenderam sua própria excepcionalidade, ou se julgaram excepcionais pelas razões erradas

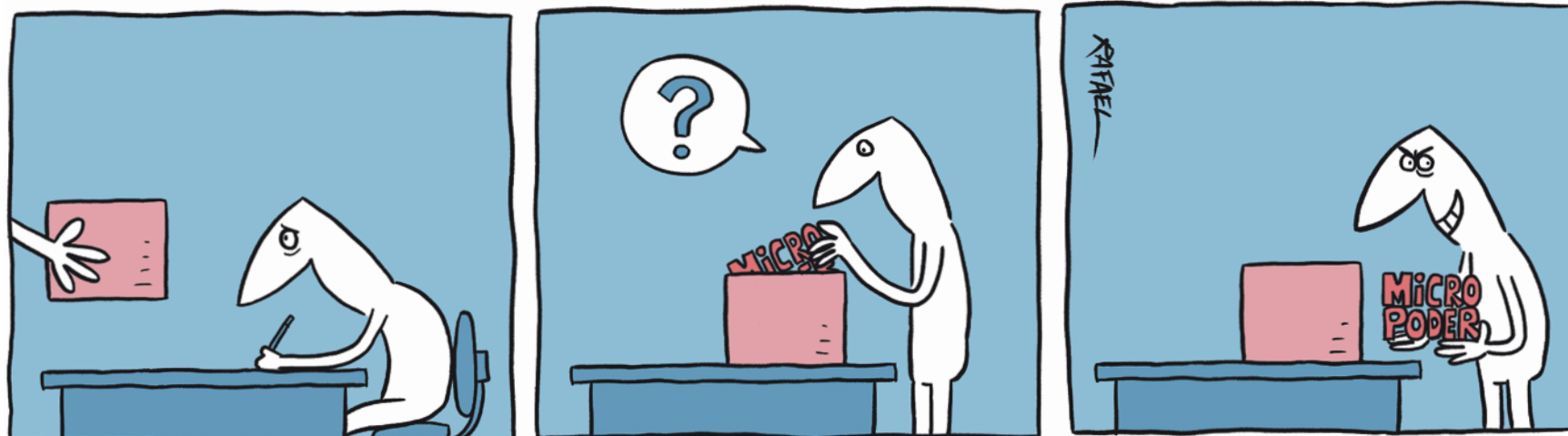
Wade Davis é um antropólogo canadense formado em Harvard com vários livros publicados (nenhum, que eu saiba, traduzido no Brasil). Num artigo recente, ele compara o horror do coronavírus com outras pandemias que mudaram o curso da História, como a peste negra, que liquidou com um terço da população da Europa no século 14 e causou revoltas e privações que por sua vez acabaram com o feudalismo, que dominara o mundo por mil anos. Para Davis, entre os estragos provocados pela nova pandemia está o fim da supremacia americana.

O autor divide a História em supremacias. O século 15 seria o da supremacia de Portugal, com sua voracidade por mares nunca antes navegados. O século 16 seria da Espanha. O 17, da Holanda. O 18, da França, e o 19, da Inglaterra. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, séculos sem fim seriam dos Estados Unidos, que saíram da Segunda Guerra como a maior potência do mundo, capaz de não apenas ajudar a Europa a se recuperar dos estragos deixados pela guerra como distribuir os benefícios da sua supremacia entre uma imensa classe média interna (taxando os mais ricos em quase 90% da sua renda, é bom lembrar). Uma classe consumidora formada em grande parte pela geração que voltava da guerra com direito à educação subvencionada e à certeza de emprego numa economia mobilizada pelo tal complexo militar industrial, que nunca se desmobilizou.

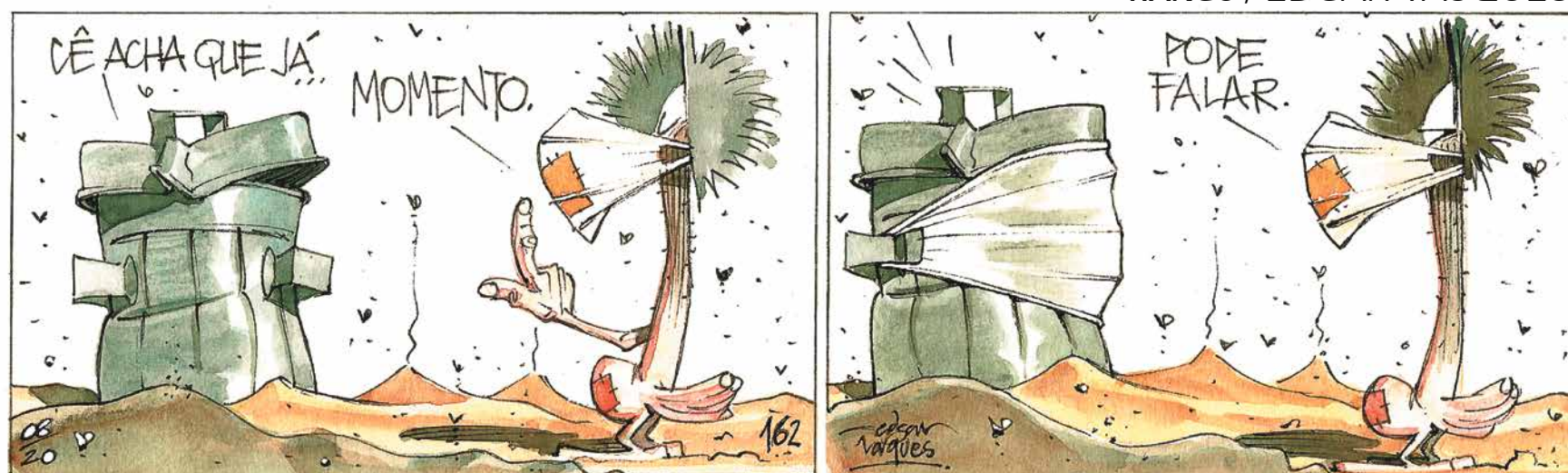


O século americano durou pouco, segundo Davis, porque os americanos não entenderam sua própria excepcionalidade, ou se julgaram excepcionais pelas razões erradas. A classe bilionária é subtributada, o capital desenfreado comanda as transações num sistema financeiro que existe para servir à classe bilionária, questões como a desigualdade e conflitos raciais só pioram no país – e ainda me elegem o Trump! Davis é professor no Canadá e usa o contraste entre as duas sociedades para criticar os Estados Unidos, que até hoje não têm um sistema de saúde pública parecido com o dos canadenses, ou da maioria dos países civilizados do mundo. Não sei o que o professor conhece da situação no Brasil com relação ao coronavírus. Se souber o que andam fazendo por aqui, ele talvez pegue mais leve com o Trump.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





Em sala de aula ensinamos a pensar no coletivo.
Quem contribui com o Sinpro/RS põe isso em prática.

Os direitos que constam nas convenções e acordos coletivos de trabalho são conquistas negociadas pelo Sinpro/RS para todos os professores, de todos os níveis de ensino, de todo o estado do RS.

Para que isso seja possível, assim como a manutenção de todos os serviços prestados aos professores, o Sindicato necessita de recursos que só podem vir da própria categoria.

Quem faz oposição às contribuições está prejudicando os colegas e ajudando aqueles que querem a retirada de direitos.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão